



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CESARE BATTISTI: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DAS
NOTÍCIAS DO PORTAL ESTADÃO

FORTALEZA
2010

THAIS CARVALHO FERNANDES

**CESARE BATTISTI: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DAS
NOTÍCIAS DO PORTAL ESTADÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, sob a orientação do Prof. Klycia Fontenele Oliveira

FORTALEZA – 2010

THAIS CARVALHO FERNANDES

Cesare Battisti: uma análise do discurso das notícias do portal Estadão

Esta monografia foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

Prof. Esp. Klycia Fontenele Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Agostinho Gósson (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Ms. José Ronaldo Aguiar Salgado (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Fortaleza
2010

Resumo: A presente pesquisa propõe-se a analisar os efeitos manipulatórios dos discursos veiculados no caso do italiano Cesare Battisti, nas notícias do portal da internet Estadão. Tendo em vista a concessão de asilo político dada a Battisti em janeiro de 2009, o portal fez uma cobertura intensa sobre o caso.

Para entender-se qual a intenção do portal em construir certa imagem sobre uma pessoa, deve-se buscar a compreensão dos discursos publicados pelo portal e seu contexto histórico, uma vez que, fora de contextualização, um discurso perde sua significação original.

Dado o alcance do portal, tendo o portal de notícias mais de um milhão de acessos por mês, segundo dados do próprio site, e o fato de ter sido a principal fonte de informação para os principais jornais italiano no caso Battisti, torna-se relevante analisar o discurso do portal.

Palavras-chave: Cesare Battisti, Estadão, Discurso

Abstract: This research intends to analyze the effects of the manipulation of the speeches published about the Italian Cesare Battisti, at the notices from the website “Estadão”. Observing the concession of political asylum to Battisti on January, 2009, the website “Estadão” made an intense journalistic coverage about it.

To understand the intention of the website of building a certain image about someone, it’s necessary to look for the comprehension about the speeches published by the website and its historical context. Otherwise, without context, a speech loses its original mean.

The “Estadão” has a huge importance; it has more than a million visits in a month according to the information provided by the website, and the fact that this website was the main source of information to the main Italian newspapers, makes the analyzes from this research relevant.

Key words: Cesare Battisti, Estadão, Speech

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1: O discurso na produção jornalística	
1.1. Aspectos da análise do discurso	8
1.2. A produção da informação jornalística	16
1.2.1. O Webjornalismo	28
1.3.O discurso no jornalismo	33
Capítulo 2: A história de Cesare Battisti	
2.1. O contexto pré-anos de chumbo na Itália	38
2.2. Quem é Cesare Battisti?	43
2.3. A situação jurídica de Cesare Battisti no Brasil	50
Capítulo 3: A Análise de notícias do portal Estadão	
3.1. O Estadão	59
3.2. Cesare Battisti segundo o Estadão	62
3.3. Análise das notícias	66
Considerações finais	83
Referências	85
Anexos	89

INTRODUÇÃO

De acordo com Breton (1999), a partir dos anos 1980, a crítica à manipulação, de um modo geral, desapareceu. Já que não há crítica, teria a manipulação sumido da sociedade atual? Para o autor, o fim da Guerra Fria teria sido tomado pelo fim das ideologias, ou seja, a democracia passa por nível de desenvolvimento onde não haveria mais causas ou ideologias a serem defendidas. Nesse contexto, o liberalismo é difundido não como mais uma ideologia a ser difundida, mas como uma “vista ‘hoje realista’ sobre o mundo, com um olhar ‘desideologizado’.” (BRETON, 1999, p.14).

Se não, a manipulação é vista associada à noção de totalitarismo, enquanto a democracia é associada à liberdade de opinião. Se a democracia pressupõe a ausência natural de manipulação, o homem moderno é “livre” e pode informar-se onde preferir. Além disso, as informações veem de mídias “livres”, ou seja, em uma sociedade onde a máxima é a “liberdade”, presume-se a “não-existência” de manipulações.

Ora, sabe-se melhor hoje que a mídia costuma desempenhar papel decisivo, embora na maioria das vezes contra sua própria vontade, na amplificação dos procedimentos de manipulação. Longe de ser um potente elemento de decodificação da manipulação, a mídia constitui com frequência seu vetor primordial. (BRETON, 1999, p.16).

O jornalismo é uma das mídias às quais Breton se refere; uma vez que, ao buscar apurar e posteriormente retratar os fatos mais relevantes à sociedade, o jornalismo acabar por transmitir a sua versão sobre o que chamamos de realidade. Dessa forma, torna-se interessante observar quais tipos de manipulação o jornalismo constrói, através dos seus discursos.

A presente pesquisa se propõe a observar a presença desse padrão no portal da internet “Estadão”, a partir das notícias que foram publicadas acerca da concessão de asilo político ao italiano Cesare Battisti, benefício dado pelo então ministro da Justiça Tarso Genro. O italiano é condenado pelo assassinato de quatro pessoas, durante os levantes dos anos 1970 na Itália.

A concessão do asilo aconteceu no dia 13 de janeiro de 2009; a partir do dia 14, o portal deu início a uma intensa cobertura do caso, sendo uma das principais fontes para os jornais italianos como o Corriere della Sera e o La Repubblica. Além disso, dada à amplitude do alcance político e jornalístico do Estadão, torna-se relevante um estudo acerca do discurso utilizado no caso de Cesare Battisti.

O portal Estadão aglutina os sites do jornal O Estado de São Paulo, d'O Jornal da Tarde e da Agência Estado, desde o ano 2000. Os quatro veículos de comunicação, juntamente com as rádios Eldorado (AM/FM) e a agência OESP Mídia, integram o grupo empresarial O Estado de São Paulo, o OESP.

Ao longo deste trabalho, tornou-se impossível não construir uma opinião acerca do caso Battisti, uma vez que não se pode libertar-se, plenamente, da subjetividade inerente ao ser humano. Entretanto, em um esforço metodológico, tentou-se criar um distanciamento da questão sobre Battisti ser ou não digno de asilo político, procurando não responder este impasse. Esta distância teve como recurso o foco da atenção na Análise do Discurso construído pelo portal Estadão acerca do caso.

A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa bibliográfica; através de livros, artigos e consultas ao próprio portal Estadão. Além disso, foram utilizados como embasamento teórico alguns dos pressupostos da Análise do Discurso (AD). Bem como o estudo de caso, a partir de 11 notícias selecionadas.

Dessa forma, faz-se necessário compreender o que é a Análise do Discurso e seus pressupostos básicos, o que é explanado no capítulo um deste trabalho monográfico. Ainda no capítulo um, discutiu-se o jornalismo e seus propósitos, como critérios de noticiabilidade, linhas editoriais e o discurso contido em textos noticiosos.

No capítulo dois, com a intenção de compreender o discurso embutido no Estadão, foi importante que se compreendesse o contexto histórico da Itália dos anos 1970, dos chamados “Anos de Chumbo”, palco dos assassinatos imputados a Battisti. Além disso, foi preciso tomar conhecimento da história de vida de Battisti e compreender o que a lei brasileira determina no caso do asilo político.

Por fim, a pesquisa traz em seu terceiro capítulo a análise propriamente dita das notícias. Sendo precedida de uma breve contextualização do portal Estadão e de sua linha editorial ao longo de sua história. Para, em seguida, serem feitas a descrição das notícias a serem analisadas e a sua análise, baseada em alguns dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso.

1 O DISCURSO NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

1.1 Aspectos teóricos sobre a Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) é um campo misto da Linguística e da Comunicação; sua função é observar os conteúdos ideológicos presentes no discurso. Foi por esta característica que se optou por utilizá-la, como referencial teórico, nesta pesquisa que analisa onze notícias, veiculadas no portal de O Estado de São Paulo, sobre o caso de extradição do italiano Cesare Battisti, acusado de terrorismo. Antes, porém, é necessário entender melhor o campo de estudo da AD, a partir do contexto histórico em que esta corrente de pensamento surgiu.

Após a 2ª Guerra Mundial, a Europa deixou de ser o centro do poder. Devastado pela guerra, o continente europeu teve de ser reconstruído. Enquanto isso, duas potências emergiam: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que, além de terem sido de vital importância para o fim da Grande Guerra, foram as financiadoras dessa reconstrução. Era o início do período conhecido por Guerra Fria (CARNEIRO, 2008). A nova ordem mundial foi marcada pela corrida armamentista sem precedentes na história; pela disputa de influências políticas e econômicas ao redor do mundo; e pelo temor de uma 3ª Guerra Mundial.

Nos anos 1960, o mundo capitalista, encabeçado pelos EUA, vivia as glórias do capitalismo com as inovações tecnológicas, o investimento em bem-estar social e o aumento populacional, o que significava aumento do público consumidor. O historiador Eric Hobsbawn (1994) considera essa época como a “Era de Ouro”. Por outro lado, as mazelas econômicas causadas pelo sistema capitalista eram denunciadas, como a exploração dos trabalhadores e o aumento da desigualdade social.

Do outro lado da ordem mundial, o mundo socialista sofria sérios abalos em suas estruturas. Em 1953, Stálin¹ morre, enfraquecendo o movimento comunista no leste do mundo. Em 1956, os crimes da ditadura stalinista foram denunciados e, no mesmo ano,

¹ Josef Vissarionovitch Stalin (Gori, 21 de dezembro de 1878/Moscou, 05 de março de 1953) foi secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética e do Comitê Central, a partir de 1922 até a sua morte em 1953, sendo assim, o líder soberano da União Soviética. Sob a liderança de Stalin, a União Soviética desempenhou um papel decisivo na derrota da Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e passou a atingir o estatuto de superpotência e a expandir seu território para um tamanho semelhante ao do Antigo Império Russo.

a Hungria, país sob influência soviética, tentou implantar a abertura econômica. Em 1960, a China cortou relações com a URSS e, em 1968, a Tchecoslováquia implantou um governo democrático-liberal.

Na França, berço dos pensamentos da AD, no período pós 2ª Guerra Mundial, a miséria estava por toda parte. Os socialistas, tendo a miséria como marketing político, transformaram-se em uma força política emergente. Mas logo, os americanos investiram milhões de dólares na França para reverter o quadro. Entre 1958 a 1969, quem governava a França era o General Charles de Gaulle, que pregava o patriotismo, considerando a França como a “senhora da Europa”; além de promover experimentos atômicos. Em maio de 1968, dez milhões de trabalhadores entraram em greve na França e acabaram com o governo do General.

Durante essa conturbada época, a França reunia grande parte das mentes mais brilhantes do século XX: Sartre, Althusser, Foucault, Deleuze, Pêucheux, Lacan, Lévi-Strauss, Bordieu, Todorov, entre outros. Dentre os assuntos discutidos por eles, o marxismo e o estruturalismo eram os mais recorrentes. “Chegava-se à conclusão de que a razão havia conduzido o mundo a uma era de catástrofes: o mundo tecnológico havia servido para exterminar milhares de pessoas e para devastar a natureza.” (CARNEIRO, 2008, p.6).

Ferdinand de Saussure, linguista e filósofo francês, é considerado o pai da linguística moderna, sendo o início do pensamento estruturalista marcado pelo Curso de Linguística Geral, publicado por ele em 1916. O linguista encontrou na “heterocidade da linguagem, algo sistêmico e homogêneo”. Para Saussure, a língua era o objeto com capacidade de superar essa heterogeneidade da linguagem. Uma vez que a língua era considerada um sistema (CARNEIRO, 2008).

Todas as partes desse sistema da linguagem interagem entre si, sob uma lei universal da língua invariável. Entretanto, o sistema de Saussure é um sistema fechado, que não considera o meio externo no processo da linguagem, ou seja, fatores como tempo e história não eram levados em conta, uma vez que isso faria com que o sistema passasse a ter fatores variáveis.

No fim da chamada Era de Ouro, o estruturalismo foi, aos poucos, perdendo a força. A partir de então, a obra de Saussure passou a ser contestada. Os acontecimentos

de maio de 1968 fizeram com que os paradigmas estabelecidos fossem questionados em seu método e objeto de estudo. “A linguagem passou a ser vista como um ramo de estudo muito complexo para estar limitada ao sistema saussuriano.” (CARNEIRO, 2008, p. 12).

A partir de então, surgem quase concomitantemente várias disciplinas que estilhaçarão a teoria da linguagem, rompendo com a sincronia e com o corte saussuriano. A proposta era fazer uma análise transfrásica e subjetiva da linguagem. (CARNEIRO, 2008, p.13).

Considera-se o marco inicial da Análise do Discurso (AD) a publicação do livro *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux, em 1969. Pela primeira vez nos estudos da linguagem, o discurso e o contexto dos enunciados passam a ser objeto de estudo. A AD defende, pois, uma constituição tridisciplinar, numa análise não-estrutural. Para Michel Pêcheux (1969), o nascimento da AD deu-se baseado em três outras teorias:

A Teoria da História, que explica os fenômenos das formações sociais

A Teoria da Linguística, que explica os processos de enunciação

A Teoria do Sujeito, que explica a subjetividade do sujeito e a sua simbologia

Pêcheux coloca em cena o discurso como objeto de análise. Esse elemento é diferente tanto da língua quanto da fala. Ele não é o mesmo que a transmissão de informação, nem é um simples ato de dizer. Sua natureza é muito mais complexa. (CARNEIRO, 2008, p.14).

Mas, o que pode ser caracterizado como discurso? Segundo Foucault,

chamaremos discurso um conjunto de enunciados na medida em que se apóia na mesma formação discursiva [...] Ele é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (2005, p. 26).

Para Carneiro (2008, p.15), o discurso é “a língua posta em funcionamento por sujeitos que produzem sentidos numa dada sociedade. Sua produção acontece na história, por meio da linguagem, que é uma das instâncias por onde a ideologia se materializa.”. Uma vez que esse texto só alcança seu significado mais próximo da realidade inicialmente intencionada pelo autor, se encaixarmos sua análise no contexto histórico e social em que foi elaborado e escrito. O texto não é apenas um conjunto de

frases que tenta transmitir um único e simples significado, o texto é o objeto empírico da AD; é o resultado da atividade discursiva em seu contexto.

Para Dominique Maingueneau (2005, p. 15), o discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas.”. De acordo com este autor, o contexto não pode encontrar-se simplesmente ao redor da mensagem enunciada, como um termo assessorio no processo de comunicação. O contexto é figura de destaque no processo da linguagem; uma vez que ele detém o poder de transformar os significados.

Maingueneau (2005) afirma que qualquer ato de enunciação deve ser considerado “assimétrico”, uma vez que este pode ser construído com um significado que necessariamente não será o interpretado pelo receptor da mensagem. A compreensão do enunciado depende dos processos de interpretação, onde o indivíduo reconstrói o sentido, a partir do que foi dito no enunciado inicial. Esse processo de reconstrução não quer dizer que o significado construído seja o mesmo que, anteriormente, intencionava o locutor. Fora do contexto, não se pode falar de um sentido realmente verdadeiro do enunciado.

O processo de enunciação, segundo Charaudeau e Maingueneau (2008), é temática central nos estudos da Análise do Discurso (AD). A enunciação pode ser considerada discursiva, se se consideram as dimensões sociais e psicológicas da cena enunciativa, ou seja, para se pensar o discurso, deve-se levar em consideração os aspectos sociais e psicológicos envolvidos no ato da enunciação, pois se constituem elementos construtores de significado.

Para Ducrot (1984, p.179), a enunciação ocorre, através da aparição de um enunciado, independentemente de quem seja o enunciador. Já Benveniste (1974, p. 80), define que a enunciação é o principal elo entre a língua e o mundo, uma vez que permite representar os fatos e, ao mesmo tempo, representá-los e que essa ligação ocorre via enunciador. O discurso de um enunciador qualquer poder conter os seus comentários sobre a própria enunciação. Esse fato é o que se chama de “metadiscurso”. (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2008).

[...] ao mesmo tempo em que se realiza, a enunciação avalia a si mesma, comenta-se, solicitando a aprovação do co-enunciador [...]. O metadiscurso

pode igualmente recair sobre a fala do co-enunciador, para confirmá-la ou reformulá-la. (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2008, p. 326).

O metadiscorso pode ter várias funções, entre elas, corrigir-se, corrigir os outros, marcar inadequação de uma palavra, eliminar erro de interpretação antecipadamente, desculpar-se ou reformular um propósito. Dessa forma, pode-se direcionar o processo de compreensão do receptor, já que ao explicar melhor o que acabou de ser dito é, simplesmente, dizer a mesma coisa de uma maneira diferente, podendo transformar o processo de interpretação da mensagem. Esses atos não necessariamente marcam a fala espontânea, uma vez que esses elementos encontram-se presentes também nos discursos controlados. As funções do metadiscorso revelam a relação dialógica do discurso, que ao ampliar seus horizontes, deve “negociar em um espaço saturado pelas palavras e pelos enunciados outros.” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.328).

Um enunciado não pode ser compreendido como uma ilha isolada. Além das dimensões sociais e psicológicas citadas, um enunciado faz referência, antes de tudo, a um enunciado anterior. Todo discurso é atravessado pelo interdiscurso, já que possui a característica de manter “relações multiformes com outros discursos”. O interdiscurso é o espaço onde um conjunto de discursos mantém relações de delimitação uns com os outros. Ou seja, ao fazer alusão a um discurso, automaticamente convoca-se significados anteriores que influenciam decisivamente na produção de significado (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008).

Todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis sob formas mais ou menos reconhecíveis [...] O intertexto é um campo geral de fórmulas anônimas, cuja origem raramente é recuperável, de citações inconscientes ou automáticas, feitas sem aspas. (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU apud BARTHES, 2008, p. 228).

O interdiscurso é a manifestação do metadiscorso, e segundo Charaudeau e Maingueneau (2008), o metadiscorso é uma manifestação da heterogeneidade. Um discurso, na grande maioria das vezes não é homogêneo, há uma mistura de “sequências textuais”, ou seja, outros discursos podem ser identificáveis dentro da enunciação e atribuídos a outro sujeito do discurso.

O sujeito do discurso remete ao lugar social em seu discurso. Somente em seu lugar social específico, o discurso assume essa forma. Em outro contexto, a enunciação provavelmente poderia ocorrer de outras formas e ganharia novos significados. “O

sentido não existe em si mesmo. Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico no qual as palavras são produzidas.” (PECHÊUX apud BRANDÃO, 1993, p. 62).

Entretanto, os discursos não são caracterizados como blocos individuais de significado. Eles são móveis e estão presentes, em seu corpo textual, as vozes dos discursos que o antecederam, mantendo assim, o diálogo entre os discursos ao longo do tempo.

Mas que ninguém se deixe enganar, mesmo na ordem do discurso verdadeiro, mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não permutabilidade. (FOUCAULT, 2003, p. 40).

Para que um enunciado seja interpretado, primeiramente, é preciso considerá-lo uma sequência de signos, através do uso da língua. O que implica em identificar uma fonte enunciativa, ou seja, o sujeito que dá sentido ao enunciado. E, posteriormente, identificar as condições materiais de apresentação para que aquele sentido seja, realmente, atribuído ao enunciado. Ou seja, o destinatário é quem define de qual contexto vai retirar as informações para concluir o processo de interpretação do enunciado.

A priori, nunca há uma única interpretação possível para um enunciado e é preciso explicar quais procedimentos do destinatário para chegar a mais provável, que será aquela que se deve preferir em tal ou qual contexto. (MAINGUENEAU, 2001, p. 29).

Como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista/estudioso necessita romper as estruturas linguísticas para chegar a ele. É preciso sair do especificamente linguístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a fala (FERNANDES, 2005, p. 24). Assim,

compreender um enunciado não é somente referir-se a uma gramática e a um dicionário, é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável. (MAINGUENEAU, 2001, p. 20).

O discurso é regido por leis que ajudam na compreensão da mensagem transmitida e são supostamente de conhecimento geral. Para Maingueneau e Charaudeau, as leis do discurso “permitem o cálculo interpretativo de significações implícitas, derivadas de significações literais.” (MAINGUENEAU e CHARAUDEAU

apud DUCROT, 2008, p. 296). A lista de leis do discurso varia de autor para autor. Mas, Maingueneau e Charaudau (2008), destacam seis leis:

Lei de exaustividade: não é puramente a repetição da informação, como pode parecer *a priori*, é que o locutor deve fornecer ao receptor o máximo de informação pertinente. Nem deve pecar pelo excesso, nem pela falta; nem deve esconder um fato importante, nem deve ater-se aos mínimos detalhes que pode não interessar ao receptor.

Lei de informatividade: trata, obviamente, do conteúdo do enunciado. Subentende-se que se produz o enunciado com a intenção de introduzir no processo comunicativo uma nova informação, pressupondo-se que ninguém fala para dizer nada. Dessa forma, supõe-se que a nova informação é ignorada pelo receptor ou que é um acréscimo à informação previamente contida em um enunciado.

Lei da economia: é uma particularidade da lei de informatividade; pede que toda informação nova contenha certo valor informativo.

Lei de lítotes: são as considerações feitas para além do significado literalmente semântico e do enunciado. Os autores exemplificam: “Este livro é pouco interessante → lei de lítotes → Este livro não é interessante.” (2008, p. 296).

Lei de interesse: essa lei diz que para haver comunicação é preciso que o locutor fale sobre algo que possa vir a interessar o receptor.

Lei de encadeamento: “supõe-se que, em um encadeamento de enunciados A+B, a relação estabelecida entre A e B não concerne jamais ao que é pressuposto, mas somente ao que é posto por A e B.” (2008, p. 296).

Essas leis do discurso não podem ser consideradas leis gramaticais nem regras morais. São regras que permitem compreender o que não é dito, o que Maingueneau e Chadaureau chamam de “derivação de significados”, que permitem a conservação da “coerência, racionalidade e cortesia” (DUCROT, 2008).

Paveau (2006, p. 202) definiu a Análise do Discurso (AD) como “a disciplina que estuda as produções verbais no interior de suas condições sociais de produção”. Segundo Orlandi (2005, p. 26), “a Análise do Discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”.

Para Carneiro (2008), existem três conceitos fundamentais na Análise do Discurso (AD): a língua, o sujeito e a história. A língua ou linguagem, ou seja, a prática verbal, não pode ser entendida fora de seu contexto original. É preciso que as situações histórico-culturais sejam levadas em consideração para que haja compreensão do sentido do enunciado. Segundo o autor, os analistas do discurso têm a linguagem como uma errância, já que o autor entende todas as manifestações da linguagem como opacas, polissêmicas e não-transparentes.

A linguagem, no campo da AD, não pode ser considerada simplesmente uma mensagem que é elaborada pelo locutor, enviada através de um meio comunicacional ao receptor e compreendida pelo receptor, que capta o sentido original puramente. Uma vez vista como discurso, a linguagem representa um caminho que tem duas vias, já que o receptor não é passivo e também participa da construção do significado.

A linguagem, vista enquanto discurso, apresenta-se como um caminho de via dupla, como um palco de desafios em que se confrontam várias vozes, de forma que os sentidos são constituídos no processo de interação verbal. (KHALIL apud GREGOLIM, 2000, p.121).

A língua dá materialidade ao discurso, embora não haja sucesso total no processo de comunicação. Daí, a necessidade dos mecanismos de interpretação do receptor que é a arena onde se manifestam a ideologia e a história, elementos de extrema importância na construção do significado. A fim de interpretar um enunciado, é necessário relacioná-lo a diversos outros enunciados anteriores.

Não se trata apenas do meio, através do qual, dá-se a pura troca de informações. “Ela é mais do que isso, pois também serve para não comunicar. A linguagem é o lugar de conflitos e confrontos, pois ela só pode ser apanhada no processo de interação social. Não há nela um repouso confortante do sentido estabilizado.” (CARNEIRO, 2008, p. 20).

Outro aspecto significativo dentro dos estudos da Análise do Discurso (AD) é o sujeito. Renegado pelo estruturalismo saussuriano, o sujeito foi trazido para o centro dos estudos pelos analistas do discurso. Afinal, é ele quem produz e reproduz, através da língua, os sentidos dos enunciados. Para Maigneueau e Charaudeau (2008), a noção de sujeito é importantíssima para que se possa determinar o estatuto, o lugar e a posição do sujeito em relação à produção enunciativa.

É, a partir daí, que se pode levar em consideração seus saberes anteriores, as regras sociais sob as quais se vive e o momento histórico que define essa ou aquela ideologia. O sujeito imagina transmitir informações próprias, ser fonte de seus enunciados, quando, na verdade, faz referência a discursos anteriores. O que define o sujeito é o lugar da enunciação. Cada espaço discursivo impõe um ritual a ser seguido.

De toda maneira, é conveniente considerar que o sujeito do discurso é um composto de várias denominações. Ele é polifônico, uma vez que é portador de várias vozes enunciativas (polifonia). Ele é dividido, pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros não-conscientes, outros ainda, inconscientes. Enfim, ele se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternativamente dois papéis de bases diferentes: papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor, e o papel de sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato. (MAINGUENAU e CHARAUDEAU apud DUCROT, 2008, p. 458).

Outro conceito de destaque dentro do campo da Análise do Discurso é a história, uma vez que os dois conceitos citados anteriormente são afetados diretamente pela história, ou seja, o contexto imediato da enunciação. De acordo com Mangueneau e Charaudeau (2008), o contexto pode ser considerado de natureza linguística (ambiente verbal do enunciado) e não-linguística (contexto social e cultural que cerca a enunciação). O contexto desempenha um papel de extrema importância dentro do processo de comunicação, uma vez que é fundamental tanto no processo de produção enunciativa, quanto no processo de interpretação.

Hoje, a maior parte dos lingüistas admite a importância do contexto e reconhece que a atividade languageira é um fenômeno social em dois sentidos: ela é determinada pelo contexto social e é em si uma prática social. (MAINGUENAU e CHARAUDEAU, 2008, p. 128).

Para adentrar na análise propriamente dita das notícias em questão, faz-se necessário, primeiro, discutir como o discurso aparece na prática jornalística.

1.2 A produção da informação jornalística

É intrínseca ao ser humano a necessidade da informação. Para Luiz Beltrão (1969), a função de informação é uma característica que chega a ser biológica para o ser humano, onde ele percebe a realidade para satisfazer as condições da vida e do desenvolvimento da espécie. Não basta apenas estar vivo, é preciso modificar o curso de sua existência. A partir daí, surge a vontade de interpretar os fatos e de ponderar

consequências futuras. Para suprir essa necessidade tão ávida pela informação, o ser humano utiliza-se da forma mais simples de comunicação: a narrativa.

Mas o que pode ser classificado como informação? De acordo com Beltrão:

no sentido humano, a informação é o ato de levar um fato ao conhecimento de outrem, uma função inata, comum a todos os racionais, uma vez que não se limita ao conhecimento e transmissão daquilo que é percebido diretamente pelo indivíduo, do material, do que é evidente, mas também de reflexões e situações que lhe ocorrem. [...] Assim, podemos definir a informação como relato de um fato, idéia ou situação. (1969, p. 81).

Existem dois tipos de informação: as públicas e as particulares. As particulares interessam somente ao campo pessoal de quem está envolvido diretamente com a situação, ou seja, interessam a um círculo muito pequeno de pessoas. Já as informações públicas dizem respeito a fatos que têm consequências para um número maior de pessoas, ou seja, são informações de grande interesse para um número grande de pessoas.

O jornalismo trabalha com as informações públicas. De acordo com a atualidade das informações públicas e sua divulgação, elas deixam de ser apenas informações para virarem notícias, através dos veículos jornalísticos (jornais, revistas, rádio, televisão, internet etc.). Sendo a notícia:

a narração dos últimos fatos ocorridos ou com possibilidade de ocorrer em qualquer campo de atividade e que, no julgamento do jornalista, interessam ou têm importância para o público a quem se dirige. (BELTRÃO, 1969, p.82).

Para Genro Filho (1987, p. 142), “a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo”. A realidade, constituída de um fluxo objetivo de fatos, é recortada e o que, de acordo com o julgamento do jornalista for relevante, vira notícia. Buscam-se na notícia o novo, o incomum, o diferente, o que se chama de “anormal”.

Beltrão (1969) afirma que existem importantes atributos da notícia, como o imediatismo, a veracidade, o universalismo, o interesse e a importância. O imediatismo é o que diferencia a informação-notícia da informação-história. Se a informação é atual e tem sua divulgação imediata, é considerada notícia. Porém se, ao longo do tempo, essa informação permanece relevante para uma sociedade, ou até mesmo para o mundo todo, esta se caracteriza como informação-história.

O imediatismo é caracterizado pela preocupação com os últimos fatos, com o que ainda não é de conhecimento geral. Esse tempo para divulgação da informação foi diminuindo ao longo dos anos, uma vez que as novas tecnologias foram acelerando o processo, encurtando distâncias e dando instantaneidade ao processo de divulgação das notícias. Além dessas inovações tecnológicas que atuam na transmissão das informações, deve-se considerar que a maquinaria e os meios de produção jornalística contam também com essa evolução tecnológica, o que acelera mais ainda esse processo.

A veracidade da notícia é algo de extrema importância, uma vez que o jornalismo não pode se basear em hipóteses nem em ficções; apenas em fatos. O universalismo se apresenta na notícia uma vez que os fatos, ideias, e situações nela apresentados “se registram em qualquer campo de atividade – humana, social e da própria natureza, em qualquer país” (BELTRÃO, 1969, p. 83-84). A partir dessa característica, presume-se que o jornalista deve presenciar e tomar conhecimento do maior número possível de fatos jornalisticamente relevantes.

Por trás do jornal há um olho mágico que vê tudo: a mulher que se atirou nua do 20º andar, o homem que ri porque ficou milionário da noite pro dia, as revoluções na América do Sul, o amigo que faz aniversário, a criança que foi atropelada pelo tanque de guerra e o orgulho vão das pessoas que são apenas ricas de dinheiro. (BELTRÃO, 1969, p.99).

Por fim, Beltrão (1969) aponta o nível de interesse e importância da notícia como atributo essencial. Logicamente, a notícia deve tratar-se de algo relevante para a sociedade. O jornalista é o responsável pela decisão do que é relevante jornalisticamente, ou seja, o interesse ou não da sociedade pela informação.

Um fato que pode passar despercebido a qualquer um em todo seu significado humano e repercussão social é logo identificado pelo autêntico jornalista como matéria para elaboração de notícia, que terá importância fundamental para o leitor. (BELTRÃO, 1969, p.84).

Ainda para Beltrão (1969), o jornalista deve selecionar as notícias que vão para o noticiário, através dos critérios de noticiabilidade, para que dessa forma, não leve ao conhecimento dos leitores notícias sem relevância, o que pode custar a confiabilidade do jornal. Segundo o autor, dez critérios devem ser levados em consideração:

Proximidade: a proximidade da notícia com o leitor é que dá importância ao fato ocorrido. Uma decisão do governo turco que apenas afetará a população turca, de um modo geral, não interessa a quem mora no Canadá. Então, a distância entre o fato

ocorrido, a redação e o leitor é um fator de extrema importância no critério de seleção noticiosa. “O valor da notícia é medido, aqui, pela distância que vai da redação do jornal e da sua área de circulação até onde o fato ocorre.” (1969, p.85).

Proeminência: um fato passa a ser mais ou menos importante devido ao grau de valor social de pessoas, objetos, organizações que estejam envolvidas nele. Um fato ocorrido a uma pessoa anônima é irrelevante jornalisticamente, porém, se o mesmo fato ocorrer com uma celebridade, o fato passa a ser pauta. A doença de Maria da Silva não é notícia, a doença do Papa é.

Consequências: no momento em que o jornalista seleciona os fatos que virarão notícias, ele pesa as consequências do conhecimento daquele fato na vida dos leitores. Dessa forma, será notícia aquele fato que transformará o curso da existência do maior número de leitores e que provoque alteração da mesmice cotidiana.

Raridade: tudo que é raro, fora do comum, extraordinário vira notícia. O que faz com que o homem fuja da monotonia do cotidiano é um fato jornalístico.

Conflitos: o conflito é uma parte natural da vida humana, logo tem lugar garantido no noticiário. Para Beltrão, o conflito faz parte da vida, desde a hora em que se nasce até a hora em que se morre. “Onde quer que se encontrem os elementos e fatores em choque e que o conflito apresente significação social, há notícia para a colheita do jornalista.” (1969, p.89).

Idade e sexo: é um aspecto de gradação de interesse do público. A idade e o sexo dos envolvidos no fato podem dar relevância jornalística ao fato. “Muitos fatos careceriam de relevo não fossem os agentes ou pacientes crianças ou anciãos, jovens ou indivíduos maduros.” (1969, p.89).

Progresso: “tudo quanto contribua para o progresso material, social ou moral da sociedade e da humanidade tem valor jornalístico e desperta o interesse do leitor.” (1969, p.90). É por isso que o jornalista deve estar atento às novidades tecnológicas e às pesquisas.

Drama e comédia:

A vida cotidiana está cheia de pequenos e grandes dramas e comédias. Na verdade, toda matéria jornalística pode ser enquadrada numa dessas categorias teatrais, portanto, como já dizia Shakespeare, o mundo não é mais do que um grande cenário em que a humanidade faz o papel que corresponde aos atores. (BELTRÃO, 1969, p.91).

Exclusividade: é o que se chama de furo de reportagem, ou seja, a divulgação exclusiva de um fato. Tomar conhecimento e divulgar um acontecimento antes dos outros veículos de comunicação tem um enorme peso para o jornalista e para o público, torna-se um fator extra para a repercussão da matéria.

Política Editorial: para escolher as notícias a serem publicadas, o jornalista deve basear-se na linha ideológica do veículo de comunicação para o qual trabalha e no público para o qual se escreve.

Entretanto, não é apenas a combinação desses fatores que constroem o corpo da notícia. O contexto social e histórico tem grande influência sobre as informações divulgadas em um jornal.

Para entender o jornalismo em seu contexto atual, deve-se lembrar que o jornalismo, segundo Cremilda de Araújo Medina (1978), deve ser considerado como um produto da sociedade urbana e industrial. Uma vez que a transmissão/divulgação de uma informação é um produto desse sistema.

Há então a considerar a informação como outro produto, mais um, desse sistema. Nesse momento, é preciso examinar o problema no seu enquadramento geral: informação jornalística como produto da comunicação de massa, comunicação de massa como indústria cultural e indústria cultural como produto da sociedade urbana e industrializada. (MEDINA, 1978, p. 20).

Tal consideração torna-se válida, especialmente, quando se observa que a prática jornalística, hoje em dia, está associada, quase em sua totalidade, às empresas jornalísticas. Visto que essas empresas exercem um controle poderoso na transmissão de notícias. E, apesar dos avanços tecnológicos e do advento da internet – que traz um potencial de transformar os processos tradicionais da produção de notícias, ao possibilitar que outros agentes, que não os jornalistas ou os veículos jornalísticos, publicem informações, as quais podem apresentar características de notícias – o jornalismo ainda está atrelado à monopolização dos meios de comunicação de massa.

Para Marcondes Filho (1989), a notícia ganha caráter de mercadoria, a partir da relação de mercado na qual está inserida. Visto que a maioria dos veículos jornalísticos se constitui, na atualidade, como empresas.

A notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um

tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13).

Qual seria, então, o objetivo do jornalismo? Observar os fatos acontecidos, identificar a relevância dos fatos e contar a verdade das histórias, através das notícias?

Ora, para Marcondes Filho (1989), a possibilidade de “possuir a verdade” tende ao dogmatismo de pensar que se pode alcançar a objetividade da notícia em todos os seus aspectos, quando, para o autor, isto é uma tarefa impossível. Ele não nega que possa haver relatos próximos da realidade, porém, nenhum pode atingir o nível da mais pura e absoluta objetividade.

Quando se fala em objetividade, traz-se para a discussão conceitos como o de neutralidade, imparcialidade, isenção, honestidade; como se a objetividade viesse, necessariamente, acompanhada desses atributos. Segundo Abramo (2003), todos os aspectos fazem parte do campo da ação, do fazer, do ser, enquanto a objetividade encaixa-se melhor no campo do conhecimento.

A objetividade tem a ver com a relação que se estabelece entre o sujeito observador e o sujeito observável (a realidade externa ao sujeito ou externalizada por ele), no momento do conhecimento. A objetividade não é um apanágio nem do sujeito nem do objeto, mas da relação entre um e outro, do diálogo entre sujeito e objeto; é uma característica, portanto da observação, do conhecimento, do pensamento. (ABRAMO, 2003, p. 24).

Segundo Abramo (2003), para alcançar a objetividade deve-se reconhecer as limitações humanas de apreensão da realidade e da sua transmissão ao público, uma vez que esse processo pode conter subjetividade. Deve-se ter disposição de buscar a objetividade e o jornalista não deve se prender às aparências, procurando desvelar seu objeto de observação.

Para Genro Filho (1987), o jornalismo não deve emitir juízos de valor explícitos, uma vez que se deve buscar a imparcialidade, embora seja uma busca sem fim. Visto que essa imparcialidade vai embora quando a opinião deixa rastros na apreensão do ocorrido, na hierarquização dos fatos e na linguagem do jornalista.

Para Marcondes Filho (1989), a notícia tem cara de mercadoria, dessa forma, a notícia passa a ser sinônimo de status, de poder. O autor diz que a notícia é a forma mais elementar da riqueza no sistema capitalista, uma vez que o jornal é produzido para

a venda. O valor da mercadoria notícia é um meio de realização de seu valor de troca, uma vez que o jornal tem dupla clientela: os cidadãos e os anunciantes, que, basicamente, são o pilar de sustentação econômica de um jornal.

É importante, ainda, enfatizar que a imprensa tem, por um lado, a pressão do bom fazer jornalístico e, por outro, a pressão exercida pelo grande poderio econômico da publicidade e a grande dependência financeira do setor industrial.

A parte redacional, portanto, deve ser afinada conteudisticamente de acordo com o espaço publicitário; o público não deve diminuir, pois este é o principal argumento de vendas do editor aos anunciantes e é ele que é oferecido como potencial de compras. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 26).

Seguindo este autor, tende-se a considerar que – além de todas as dificuldades que surgem na construção da objetividade no jornalismo, principalmente por a prática jornalística ter ligação intrínseca às formações discursivas – a objetividade pura, no jornalismo, é um objetivo inalcançável. Além do que, como Marcondes Filho (1989) coloca: o próprio ato de escrever uma notícia já significa um aperfeiçoamento comercial dos fatos, ou seja, transforma-se a notícia no que será mais rentável.

Ele não só é embelezado, limpado, pintado de novo, como ocorre com outras mercadorias na prateleira para atrair a atenção do comprador; o fato social aqui também é acirrado, exagerado, forçado. De qualquer maneira, mudado para vender. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 29).

Simplesmente o fato de os jornais venderem espaço publicitário, cujo preço varia de acordo com a importância das notícias veiculadas pelo mesmo, já caracteriza o jornal como uma empresa capitalista convencional, onde o objetivo primeiro é o lucro e a acumulação. Ora, se o que define o preço do espaço é a notícia, esta é, sem dúvidas, uma mercadoria.

Para que o espaço publicitário seja valorizado, é preciso que as notícias sejam uma necessidade do público consumidor, ou seja, o valor da notícia não pode se esvaziar, pois se assim fosse, o valor do espaço publicitário também se esvaziaria. Esta relação entre jornalismo e publicidade está presente em todas as empresas jornalísticas, independente do suporte (impresso, rádio, TV ou internet).

Essa tendência do mercado pela necessidade da informação, segundo Genro Filho (1987), deve-se a duas possibilidades: ou é forjada pelos próprios meios de comunicação de massa, numa tentativa de manipulação, ou os capitalistas perceberam a

natureza humana de buscar a informação e criaram uma maneira de obter lucros, a partir dessa interligação de valores.

O jornalismo surgiu concomitantemente às práticas das relações mercantis. Dessa maneira, o jornalismo surge como uma fonte social de percepção dessa sociedade moderna, onde o capitalismo surgiria tempos depois como força econômica dominante. O jornalismo, pois, sempre resguardou os interesses burgueses, através das suas fases de desenvolvimento.

Segundo Habermas (1984), o desenvolvimento do jornalismo passou por três fases. Na primeira fase, as informações jornalísticas estavam ligadas e limitadas pelas necessidades econômicas do capitalismo que florescia. Na segunda fase, a imprensa de informação transformou-se em imprensa de opinião, onde os jornais viraram instrumentos de luta política e partidária. Na terceira fase, houve um retorno ao espírito original comercial presente na primeira fase, só que dessa vez, baseado em novos pilares de tecnologia capital. É nesse contexto que surge o jornal como empresa capitalista típica. Em uma etapa mais desenvolvida da história, a imprensa passa a ser a expressão pública dos proprietários privados.

Dessa forma, pode-se pensar que a escolha das notícias, a partir dos critérios de noticiabilidade como sugere Beltrão, sofre influência direta dos interesses mercadológicos da empresa jornal. Consequentemente, a política editorial seria um forte critério de noticiabilidade, interferindo, inclusive, no julgamento e decisão do jornalista que exerce a função de trabalhador da empresa jornalística.

Ainda para Habermas (1984), existe uma contradição entre o que ele chama de “jornalismo crítico”, que seria o jornalismo praticado na segunda fase de desenvolvimento, e a “publicidade jornalística”, sendo esta última exercida com intenções manipulatórias. De acordo com Habermas, após o pleno estabelecimento do estado de direito burguês, a imprensa perdeu a necessidade de ser e de provocar polêmica. Afinal, a “esfera pública” já era uma conquista legítima da burguesia.

O jornalismo atua junto com grandes forças econômicas e sociais, uma vez que um conglomerado jornalístico raramente fala por si só. Para Medina (1978), o jornalismo é uma instituição-suporte do capitalismo, onde o que realmente vai para as

páginas do jornal é o que é relevante para os membros detentores do poder, dando uma falsa impressão de multiplicidade de informações e opiniões.

Dessa forma, a notícia tende a incentivar a permanente passividade, acomodação e apatia de seus receptores, ou seja, o jornalismo reforça as opiniões e cria um clima apropriado de submissão. O tratamento que o jornalismo dá aos fatos conduz à despolitização e à passividade. Embora não obtenha êxito por completo, afinal, o receptor ao consumir a notícia, dá a ela novas interpretações e significados. Portanto, não está na condição de passividade plena.

Se os fatos ocorridos não são oportunos aos interesses do veículo de comunicação, acontece a manipulação. Segundo Marcondes Filho (1989), a manipulação não é apenas uma escolha feita pelo jornalista, editor ou pelos empresários. A manipulação é uma parte integrada e “necessária da transmissão jornalística”. Ele considera utópica a possibilidade de uma imprensa livre de manipulação, que rompa o círculo da notícia como mercadoria e divulgue a “verdade dos fatos”. Mesmo em um sistema diferente do capitalismo, a manipulação existiria, portanto, a objetividade continuaria inatingível.

Libertar-se da forma capitalista de fazer jornal não significa fazer jornalismo objetivo e imparcial. Este não existe; significa sim, valorizar diferentemente e segundo outros critérios a divulgação de notícias. A mudança da forma capitalista de fazer jornalismo está mais no tratamento da matéria. No enfoque, na valorização dos componentes da notícia, na perspectiva subjetiva de aproveitamento do fato, que conduz à identificação com o leitor e à quebra de relação coisificada entre produtor e receptor das notícias, em suma, a produção de vínculos solidários. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 33).

Citando Taufic (1974), Genro Filho (1987) afirma que as informações que circulam na sociedade são apenas um instrumento de manipulação e de controle.

A partir daí, o fenômeno jornalístico passa a ser definido pelas suas tarefas ou, se quisermos, pelas funções que ele cumpre na reprodução e manutenção do sistema. Quer dizer, o jornalismo é definido por aquilo que as classes dominantes fazem dele. (GENRO FILHO, 1987, p. 56).

Para Marcondes Filho (1989), o tratamento dado à notícia entre o momento em que a informação é recolhida e o momento em que ela é transformada em notícia é de fato, como se opera a manipulação jornalística. É nesse instante que se injeta no fato real os aspectos ideológicos, onde se reestrutura o fato para que seja mais interessante e mais valorizado pelo público. Esse “falseamento” da realidade se dá de propósito. De

acordo com o mesmo autor, a manipulação faz parte do fazer jornalístico, da maneira do jornalista de ver o mundo com olhos de “visão dominante”.

A manipulação jornalística tem como principal consequência a divulgação de uma realidade não condizente com o que de fato é real. Para Abramo (2003), a maioria das informações oferecidas pela imprensa tem conexão indireta com a realidade, que é artificial, desenvolvida pela imprensa e que se coloca no lugar da verdadeira realidade. O público é colocado diante de uma realidade projetada pela imprensa, que se contrapõe à realidade vivida pela sociedade. Os indivíduos apenas se dão conta dessa distorção do real se ele for o protagonista desse fragmento de realidade. Se não, apenas capta as imagens, através dessa realidade construída.

Daí que cada leitor tem, para si, uma imagem da realidade que na sua quase totalidade não é *real*. É diferente e até antagonicamente oposta à realidade. A maior parte dos indivíduos, portanto, move-se num mundo que não existe, e que foi artificialmente criado para ele justamente a fim que ele se mova nesse mundo irreal. (ABRAMO, 2003, p. 24) [grifo do autor].

Abramo (2003) define, ainda, que essa manipulação não ocorre aleatoriamente, ela ocorre de inúmeras formas e que se pode notar um padrão nesse movimento. A frequência das ferramentas de manipulação das informações não ocorre em 100% das informações veiculadas e nem em um número irrelevante. De acordo com Abramo (2003, p.25), esse fenômeno “marca a essência do procedimento geral do conjunto da produção cotidiana da imprensa [...]”. Para ele, é possível identificar cinco padrões de manipulação: ocultação; fragmentação; inversão; indução; e global ou específico.

O padrão de ocultação “se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa”. O deliberado silêncio sobre alguns fatos gera conhecimento: o conhecimento de que tal fato não é relevante, não tem importância. Esse tipo de manipulação exerce sua força principalmente na busca por informações, ou seja, na pauta.

O fato jornalístico é, assim, considerado, segundo empresários e empregados das empresas de comunicação; uma vez que o jornalístico está nos olhos do observador e não no fato em si. O seu ocultamento passa pela subjetividade do jornalista e pelo jogo de interesses capitalistas da empresa de comunicação que é todo jornal nos dias de hoje. Além do que, nesse cenário, o jornalista e a empresa são os filtros responsáveis pela

seleção de fatos, condicionando essa escolha pela visão de mundo empresarial e pela linha editorial adotada.

Outro padrão de manipulação listado por Abramo (2003) é o de fragmentação. Após a seleção dos fatos que virarão notícias, essa falsa realidade não é apresentada como um todo, que tem movimentos próprios e consequências e sim como partes independentes do todo.

O todo real é estilhaçado, despedaçado, fragmentado, em milhões de minúsculos fatos particularizados, na maior parte dos casos desconectados entre si, despojados de seus vínculos com o geral, desligados de seus antecedentes e de seus conseqüentes no processo em que ocorrem, ou reconectados e revinculados de forma arbitrária e que não corresponde aos vínculos reais, mas a outros ficcionais e inventados. (ABRAMO, 2003, p. 26).

Essa fragmentação implica duas operações básicas: a seleção de aspectos, onde o fato é atomizado, dividido e só assim, apresentado ao público; e a descontextualização, onde o fato aparece isolado, perdendo seu significado original e recebendo outro, diferente do original. O terceiro padrão sublinhado por Abramo é o da inversão. A partir da descontextualização e fragmentação dos fatos, começa a manipulação via inversão, através das trocas de lugares e importâncias dessas partes e substituições, organizando a realidade forjada pela imprensa. Esse padrão acontece em todas as etapas do fazer jornalístico.

Existem quatro formas de manipulação por inversão: *da relevância dos aspectos*, onde a ordem de relevância real dos fatos é trocada e o principal é apresentado como secundário e vice-versa; *da forma pelo conteúdo*, no qual o texto passa a ser o foco da notícia e não mais o fato em si; *da versão do fato*, no qual o fato propriamente dito não tem mais importância, mas sim, a versão dada pelos órgãos de imprensa e da opinião pela informação, na qual a opinião é vendida como factual, onde o juízo de valor passa a ser visto como a narração da realidade.

O quarto padrão de manipulação é a *indução*, quando o leitor é induzido a ver o mundo não como é na realidade, mas sim como o veículo de comunicação quer que ele veja. Esse processo tem a ver com o planejamento, produção e edição, porém, dissemina-se em todos os outros níveis do processo de comunicação.

A indução a enxergar a *outra realidade* – diferente e até oposta à realidade real – é o fruto da manipulação *do conjunto dos meios de comunicação*, em

que cada qual, individualmente, tem a sua parte, e em que evidentemente a parte preponderante e de maior responsabilidade de ser atribuída *aos maiores* meios de comunicação, isto é, aos mais poderosos, aos que tem maior tiragem e audiência, aos que têm e ocupam os maiores espaços, aos que veiculam mais publicidade. Em outras palavras, *aos melhores*. (ABRAMO, 2003, p. 34). [grifo do autor]

Ainda existe uma divisão final feita pela imprensa, após toda a fragmentação, distorção e recriação dos fatos: cria-se o lado do bem e o lado do mal. Assim, o leitor ou espectador é levado a crer que essas são as duas únicas possibilidades do real, a não possibilidade de mudança. Para Marcondes Filho (1989), em consonância com Medina, o jornalismo em sua política de notícia tem uma tendência a incentivar a passividade e a acomodação do leitor. “O reforço às opiniões e a criação desse clima apropriado opera no sentido de incentivar a aceitação e a submissão.” (p. 15).

Por fim, Abramo (2003) lista o padrão global ou específico de manipulação, que é característico do jornalismo de televisão e rádio. Esse padrão divide-se em três atos: *o da exposição do fato*, quando o espectador é submetido a todos os padrões gerais de manipulação; *o de quando as matérias dão voz à sociedade*, e por fim, no terceiro ato, *a matéria dá voz às autoridades*, que entram em cena com o papel de resolver todos os problemas. O grande epílogo desses atos combinados vem, através da emissora, que reforça o papel resolutório, tranquilizador e alienante da autoridade.

É nesse cenário de construção da realidade, que os jornais, na maioria dos casos, constroem a realidade de acordo com o que lhes convém, utilizando-se do discurso para a manutenção do *status quo*. Dentro dessa compreensão, a mídia não é apenas um meio de transmissão do discurso, mas um meio de imprimir características aos conteúdos e comandar a utilização do discurso.

Mesmo na internet, cujo imaginário criado em volta das novas tecnologias faz crer que a rede mundial de computadores seja um espaço verdadeiramente democrático e propício à disseminação de inúmeras visões sobre o mundo, portanto, um espaço para destoantes formações discursivas, a manipulação se mantém, especialmente no que se refere ao conteúdo jornalístico.

Isso porque as informações noticiosas divulgadas na internet buscam sua credibilidade, a partir da aproximação de veículos, ou melhor, de empresas jornalísticas, que já possuem respaldo junto à sociedade. E fazem isso, porque o jornalismo ainda está

fortemente relacionado às mídias tradicionais, pelo menos, no que se refere ao Brasil. Além disso, as influências por que passa a construção das formações discursivas, associadas à prática jornalista que está atrelada ao mercado, permanecem muito semelhantes, mesmo em um suporte tecnologicamente avançado.

1.2.1 O Webjornalismo

Com o advento da internet, o processo de comunicação, em geral, teve sua velocidade aumentada como nunca antes. A troca de informações tornou-se praticamente instantânea e o jornalismo, se beneficiando das facilidades tecnológicas e da rapidez na qual as informações surgem e são divulgadas, utiliza largamente a internet como meio de suporte e divulgação.

Como se trata de uma vertente da comunicação recente, a conceituação ainda não está estabelecida. Ainda não se pode ter noção da real dimensão do impacto e da transformação que a internet terá no jornalismo. Ainda não se chegou a um consenso, mesmo após quase uma década e vários estudos, sobre o que diz respeito à terminologia do jornalismo na internet. Segundo Santi (2009), os autores norte-americanos utilizam-se do termo “jornalismo on-line” ou “jornalismo digital” e os brasileiros seguem essa terminologia. Porém, para Santi (2009), citando Mielniczuk (2003), a palavra mais adequada seria “webjornalismo”, já que faz referência a uma parte específica da internet, a que traz notícias e que “disponibiliza interfaces gráficas de uma forma bastante amigável”.

Para Santi (2009), citando Machado (2003), esse novo meio de suporte da informação gerou transformações nas etapas de produção jornalísticas, desde a apuração das informações até a sua divulgação ao receptor. Para Machado (2003), as transformações originadas pelas “redes telemáticas” no jornalismo são de outra grandeza, já que o jornalismo utiliza a tecnologia apenas como ferramenta auxiliar. De acordo com Santi (2009), tanto no jornalismo em geral, quanto no webjornalismo em particular, existem modos específicos de produção da notícia.

Método este que diz respeito a um conjunto de regras procedimentais de apuração de um fato, baseada em valores e concepções sobre o papel e as formas de atuação jornalística, que visam atingir um determinado fim (produzir notícias) sobre fatos e opiniões considerados de interesse público ou diversionais. (SANTI, 2009, p.182).

O jornalismo passou a ser uma atividade coletiva e empresarial, onde não mais somente o jornalista detém o poder de decidir o que vai ou não ser notícia; aqui é exigido do profissional uma “operacionalidade nos seus atos e objetivos, expressa por uma pauta pré-definida, balisada por parâmetros de avaliação da noticiabilidade dos eventos e cuja execução é controlada por outros jornalistas.” (SANTI, 2009, p.183). O webjornalismo também se encaixa neste modo de produção e possui um adicional: o (pouco) tempo.

O tempo no webjornalismo é completamente diferente dos outros tipos de jornalismo; na web tudo que acontece deve ser publicado instantaneamente. A constante necessidade de atualização faz com que os procedimentos de produção jornalística conduza a uma simplificação do trabalho, o que pode levar a não verificação das informações divulgadas. (SANTI, 2009, p.183).

É impossível negar que essa possibilidade de rapidez e de constante necessidade de atualização, não tenha mudado a rotina de trabalho em uma redação. Hoje, se o jornalista precisa fazer uma pesquisa ele não precisa deslocar-se até uma biblioteca para consultar de arquivos/livros; basicamente, tudo que ele precisará está disponível on-line, nos bancos de dados da internet.

A internet oferece aos profissionais do jornalismo a possibilidade de buscar informações em diversas fontes e em qualquer parte do globo, o que auxilia na confecção e na definição de pautas, na produção e na apuração da informação como potencial de notícia. (SANTI, 2009, p.189).

Para Santi (2009), podemos dividir a história do webjornalismo em quatro gerações: na primeira, os textos do jornalismo impresso eram basicamente copiados para o espaço da internet. Já na segunda geração, o modelo textual ainda era bastante próximo do impresso, porém já surgiam iniciativas de exploração das possibilidades que o novo suporte oferece. A terceira geração se caracteriza pelo investimento de empresas na exploração dessas novas possibilidades. E a quarta geração se utiliza de um banco de dados, que confere ampla contextualização às informações, de forma potencializada e rápida, desenvolvendo um sistema de apuração diferenciado para o webjornalismo.

Dessa forma no webjornalismo de quarta geração, os sistemas de publicação não permitem mais desvincular os sistemas de apuração, da publicação ou da distribuição das notícias, em função da nova sistêmica de produção jornalística, e principalmente da instantaneidade ou atualização contínua que o webjornalismo apresenta e/ou exige. Nele, o ideal passa a ser a utilização de um banco de dados para todas as etapas produtivas, já que em última instância, desde a apuração até a publicação todas as informações estão em rede. (SANTI, 2009, p.188).

Por outro lado, esta facilidade em “apurar sentado” pode levar o jornalista ao erro, por o mesmo ter terceiros como fonte e não realizar as confirmações *in loco*. Ou seja, o jornalista passa a produzir suas notícias bem mais com as versões formuladas já a partir de apurações anteriores, do que com as versões primeiras sobre o acontecimento. Esse processo amplia fortemente a influência das construções das formações discursivas na prática do jornalismo.

Segundo Palácios (1999), as características do webjornalismo são: *multimídia/ convergência; interatividade; hipertextualidade; personificação e memória*. Essas características, ligadas à supressão de limites de tempo e o espaço para postagem, formam a natureza do webjornalismo.

A multimídia diz respeito a possibilidade do uso de várias mídias na construção da notícia na web; Mielniczuk (2004) citando Dube (2002), diz que as formas multimídias mais utilizadas na web são:

Print plus: quando a notícia é disponibilizada em formato de jornalismo impresso e são acrescentados fotos ou vídeos.

Interativos clicáveis: são a evolução dos gráficos dos jornais impressos, permitem agregar interação à notícia.

Slideshow: apresentação de sequência de imagens para materializar a narração de um fato.

Estórias de áudio: reforça a narração das notícias e não exclui a possibilidade do uso de imagens.

Slideshow narrado: imagem e som em consonância.

Chats: é uma forma interativa de narração do fato, desde que haja um moderador.

Quiz ou enquetes: pode funcionar como narrativa didática, quando a informação vem em formato de perguntas e respostas.

Estórias animadas: a animação é a ferramenta de narração da informação, principalmente, quando não há imagens sobre o fato.

Webcasting interativo: utilização de vídeo aliado às outras possibilidades da web como links, chats, buscando ser diferente da tv.

Multimidia interativa: integração de texto, gráficos, clicáveis, áudios, fotos, criando uma forma bastante interativa de narrar os fatos.

Navegando por webjornais, há alguns anos, tinha-se a impressão de estar lendo o jornal impresso na tela do computador. Hoje, a situação mudou bastante, encontramos muito mais links e recursos de multimídia, mas não vemos nada muito diferente do que já foi visto. (MIELNICZUK, 2004, p.11).

A segunda característica do webjornalismo é a interatividade, que é definida por Mielniczuk como “a relação do leitor/usuário e a própria publicação ou com o jornalista [...]”. A autora enxerga duas possibilidades: a exploração do uso da hipertextualidade e a possibilidade que decorre da interação entre usuários, que podem gerar novos gêneros jornalísticos. A hipertextualidade é uma característica muito importante para o webjornalismo. Para Mielniczuk, essa seria a mais importante delas, já que pode ser considerada o “fator estruturante das publicações na web.”. É uma forma de organização e formatação das informações, complementando a narração da notícia.

[...] para que um produto, efetivamente, explore as características da escrita digital, não basta que ele seja escrito digitalmente, é preciso, também, que ele seja pensando de acordo com os parâmetros e possibilidades do suporte digital. (MIELNICZUK, 2004, p.7).

Então, para que o texto seja, efetivamente, um texto para webjornalismo, não basta que ele tenha sido escrito e publicado no computador. Ele precisa ser construído levando em consideração as possibilidades de hipertextualidade no webjornalismo.

Já a personalização é uma das principais demandas do jornalismo nas redes digitais, uma vez que a capacidade de armazenamento de informações é praticamente infinita, além da possibilidade de oferecer informações que sejam relacionadas. Dessa forma, o leitor que se interessa por tal assunto, pode dispor de um número sem limites de informações acerca do assunto.

A memória como característica do webjornalismo não é simplesmente a capacidade de consulta aos arquivos de um jornal, por exemplo. Antes, já era possível a consulta desses textos, através dos arquivos dos jornais impressos, do rádio e da televisão. A dimensão de memória, dentro da web, diferencia-se pela possibilidade do fácil acesso: a um clique de distância, de casa mesmo, pode-se ter acesso a informações de todas as épocas. Dada a capacidade de armazenamento infinito do suporte, a possibilidade de manutenção da memória se torna mais acessível.

Reunindo todas essas características que transformam o webjornalismo da quarta geração, a notícia, obviamente, tem um formato diferenciado.

Esse novo jornalismo, principalmente em sua quarta geração, liberta os profissionais dos pontos de vista limitados expressos por especialistas e fontes oficiais, pois possibilita àqueles buscarem informações na origem dos acontecimentos. (SANTI, 2009, p.189).

Reforça-se, porém, que mesmo com a possibilidade gigantesca de acesso a informações, através dos bancos de dados da web, a necessidade de ser cada vez mais ágil na produção e publicação das notícias, dificulta uma pesquisa mais aprofundada sobre o fato a ser noticiado. Então, não é por haver uma quantidade imensa de informações que estas serão acionadas na produção da notícia. Além disso, o jornalista ao utilizar o que está posto na internet, vale-se de informações construídas com base no discurso de inúmeras fontes (enunciadores). O que pode interferir de forma negativa na produção de um texto noticioso mais próximo da verdade.

Nesse formato de jornalismo, a notícia vem em um texto curto, prático, dinâmico; porém, através dos hipertextos (links) que aparecem no corpo do texto ou no final, a informação pode ser completada e o assunto pode até ser esgotado, afinal, é infinita a capacidade de armazenamento e hipertextualização na internet.

Citando Del Bianco (2004), Santi (2009) diz que o jornalista de webjornalismo deve estar atento aos detalhes envolvidos na notícia e ter proatividade textual, para que o texto seja publicado sem ter que passar pelo editor. A rapidez desse suporte pede atualização constante, e sendo o jornalista capaz de produzir um texto que não tenha que passar pelo crivo do editor, há uma maior agilidade na atualização das informações.

No modelo clássico, antes do relato ser publicado o jornalista deveria encontrar os fatos, buscar os produtores de fatos para contrastar os indícios com os fatos arquivados no jornal, além da obrigação de entrevistar parlamentares ou funcionários vinculados ao assunto. No caso da apuração eletrônica, que parte de uma frase para descrever o tema da notícia ou reportagem, antes do relato contextual dos fatos o jornalista pode consultar dados armazenados ou fontes disponíveis na internet, entrevistar os sujeitos dos fatos e também avaliar o conteúdo das declarações, tanto no espaço eletrônico quanto nas páginas impressas. (SANTI, 2009, p.190).

Ao contrário das edições impressas onde a página do jornal é espacialmente limitada, tanto pelos editores quando pelos anúncios, as edições da web podem ser infinitas. Não se fala em textos enormes, mas sim de textos curtos, hipertextualizados –

ou seja, que tragam links que levem à complementação e contextualização das informações – e que prendam a atenção do leitor, seja através da personalização, multimídia ou interatividade.

Nas edições online o espaço é tendencialmente infinito. Podem fazer-se cortes por razões estilísticas, mas não por questões espaciais. Em lugar de uma notícia fechada entre as quatro margens de uma página, o jornalista pode oferecer novos horizontes imediatos de leitura através de ligações entre pequenos textos e outros elementos multimídia organizados em camadas de informação. (CANAVILHAS, João. 2006, p.7).

Com essas possibilidades tecnológicas, porém, o webjornalismo deveria, pois, se tornar o espaço por excelência para a publicação de notícias mais contextualizadas. Mas, não é o que se observa quando se navega por sites e portais jornalísticos que mantêm uma estrutura de produção bem atrelada à produção realizada pelas mídias tradicionais, especialmente, porque a maioria desses veículos on line fazem parte de empresas jornalísticas que possuem também veículos tradicionais.

1.3 O discurso no Jornalismo

Levando em conta que Marcondes Filho (1989) considera que o jornalismo é “o que as classes dominantes fazem dele”, deve-se observar o discurso utilizado na divulgação das informações jornalísticas. Uma vez que o jornalismo cumpre papel de manutenção do sistema no qual está inserido, o discurso passa a ter um significado além do mero encadeamento de frases que constroem um sentido.

Segundo Bucci (apud GOMES, 2003, p. 12), “o discurso jornalístico é um fator ordenador daquilo que chamamos, por algum resquício de inocência, de realidade.”. De acordo com Mainguenu (2004), o discurso está situado para além da frase, é orientado, interativo, faz parte de um contexto que é regido por normas e existe um sujeito que assume o discurso.

O discurso se constrói, com efeito, em função de uma finalidade, devendo supostamente, dirigir-se para algum lugar. Mas ele pode se desviar em seu curso (digressões) retomar sua direção inicial, mudar de direção etc.. (MAINGUENEAU, 2004, p. 52).

Para Bucci, “a notícia acontece como elo do discurso. A notícia acontece como elemento discursivo, tendendo para um lado ou para outro, tanto faz, mas como elemento discursivo.” (apud GOMES, 2003, p. 10). Segundo o mesmo autor, entender

os fatos é nada mais do que entender os discursos utilizados pelo jornalismo, já que a realidade antecede o discurso.

“Os fatos jornalísticos não antecedem o discurso jornalístico. Ao contrário, ela mesma, realidade é um discurso que se articula em signos lingüísticos, sobretudo em signos visuais.” (BUCCI apud GOMES, 2003, p. 10). Ou seja, o que os leitores/receptores/consumidores das informações veiculadas pelo jornalismo chamam de realidade, é, na verdade, a realidade discursiva.

Para Gohn (2003), o jornalismo faz construções das verdades, através dos discursos. “[...] a prática da fala organizada em discursos, que por sua vez organizam uma visada de mundo.” (GOHN, 2003, p. 41). Ou seja, o jornalismo pauta a realidade e tem grande influência na visão de mundo da sociedade. Julga-se o que é ou não relevante pelo que se publica nos veículos de comunicação de massa, meios pelos quais o jornalismo se expressa.

Desse modo, os discursos se erigem em fundamento e justificativa para as regras; enquanto as expressam também as legitimam, porque desde a origem do signo o efeito é o da produção de significações: as significações que conferem sentido ao mundo e a nós. (GOHN, 2003, p. 41).

Citando Foucault (1999), Gomes (2003, p. 76) aponta que os “circuitos da comunicação” são os pilares de apoio do poder, onde os cidadãos são cuidadosamente “fabricados”. Ou seja, o jornalismo reproduz as relações de poder da sociedade no qual está inserido e ao reproduzi-las corrobora com sua perpetuação.

[...] os circuitos da comunicação são os suportes de apoio do poder; a totalidade de um indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos. (FOUCAULT apud GOMES, 2003, p. 76).

Ainda para Gomes, as relações de poder dão-se unicamente, através do controle, seja pela imposição de condutas ou da educação – que é uma forma de controle nas sociedades disciplinares. A partir daí, podemos considerar que o jornalismo e seu poder de pautar a realidade é uma forma de controle, já que os leitores tomam por realidade aquilo que leem.

Segundo Gohn (2000), a mídia – onde o jornalismo está incluído – passou a ser um mecanismo de controle social. “Os cidadãos não dão conta do poder deste veículo em construir disposições discursivas.” (GOHN, 2000, p. 9). Essas disposições

discursivas se encontram, em sua maioria, nas mídias direcionadas às massas. Elas atuam na recriação e na reafirmação dos padrões estéticos e agem sobre a subjetividade das pessoas, “agenciando comportamentos” (GOHN, 2000). O jornalismo detém o poder de pautar os assuntos na sociedade, uma vez que traz visibilidade ao ponto de vista que deve ser visto.

É por conta da visibilidade que as mídias assumem um papel crucial como disciplina e controle, portanto, como promotoras/mantedoras de escalas de valores, como vigilantes. Temos que pensá-las em seu duplo papel: aquele pelo qual expõem, a todo o momento, conflitos é também aquele pelo qual definem a esfera de equilíbrio em que esses conflitos se diluíram. Enquanto mostram, as mídias disciplinam pela maneira do mostrar. É em relação à disciplina que se diz que se não passou pelas mídias não há poder de reivindicação; é em relação a controle que se diz que se não passou pelas mídias não existe. (GOHN, 2000, p. 77).

De acordo com Maingueneau (2004), o “midium”, ou seja, a mídia, não é apenas um meio de veiculação de um discurso, é um instrumento para transportar uma mensagem estável. Havendo alguma mudança nesse “midium”, modifica-se o conjunto de significados que são transportados ao leitor.

Por outro lado, tanto os meios de comunicação de massa como todo o processo de produção das informações jornalísticas estão sob um campo de conflitos. Afinal,

a mídia não pode ser vista como entidade homogênea e outras variáveis devem ser discutidas. Mas há um denominador comum: os sistemas da mídia são articulados com o sistema político, econômico, cultural e social onde eles operam (COLE, 1996 apud GOHN, 2000, p. 36).

É, ainda, importante destacar o papel do suporte, ou seja, do meio material de manifestação do discurso jornalístico, assim como seu modo de produção. Não se pode levar em consideração apenas o texto para analisar o discurso contido nas notícias, o modo de divulgação e o suporte também embutem significados ao discurso. Para Maingueneau (2004), com a chegada das mídias audiovisuais, essa significação dada pelo meio que transporta o discurso ficou mais evidente.

Então, ao analisar o discurso contido em uma notícia, não apenas o texto escrito é relevante, mas em qual veículo jornalístico aquela notícia está sendo divulgada. Para tentar compreender o discurso no jornalismo, é preciso que se entenda o circuito que organiza a fala dentro do texto. Afinal, o processo de comunicação não é linear, ou seja, não se dá em uma linha direta (emissor → mensagem →receptor). Existem várias

instâncias onde a subjetividade se manifesta, passando pelos critérios de noticiabilidade utilizados pelo jornalista, suas experiências e opiniões, pelo processo de divulgação das informações, por interesses econômicos e políticos e por fim, pela recepção da mensagem e sua interpretação.

Portanto, as mensagens veiculadas pelo jornalismo dependem necessariamente do seu contexto enunciativo, ou seja, o sentido de uma informação está intrinsecamente ligado ao local do ato da fala/escrita. Existe uma cadeia de significantes midiáticos que não são fáceis de precisar; uma discursividade própria dos meios de comunicação. Além do contexto da cena enunciativa, tem-se que levar em consideração o contexto histórico da notícia. Fora do painel de acontecimentos históricos, uma informação pode conter ou perder completamente seu significado original e adquirir outros.

A produção fragmentada de notícias, assim, é uma técnica também mercadológica. Opera-se, nesse caso, a desvinculação da notícia em seu fundo histórico-social e, como um dado solto, independente, ela é colocada no mercado de informação; são destacados aspectos determinados (o sensacional, a aparência do valor de uso) e outros permanecem em segundo plano. [...] Torna-se uma coisa jogada no mundo, um fato sem origem e sem vinculação com nada. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 41).

Com a informatização da sociedade e o surgimento da internet, o poder dos meios de comunicação de massa de construir uma realidade paralela sofreu abalos. Uma vez que a mesma informação pode ter um número bem maior de narradores do que teria em um jornal impresso, por exemplo, além das possibilidades de interatividade no webjornalismo, que adicionam novos significados ao texto.

O advento do webjornalismo conferiu, pois, às notícias um formato diferenciado do formato da notícia do impresso. Além do que, abriu-se a possibilidade para que cada indivíduo possa dar sua versão dos fatos, ou seja, a construção de um discurso específico pode ser desconstruída, devido ao grande número de versões dadas ao mesmo fato. Embora os veículos tradicionais de jornalismo tenham sofrido este abalo, seu poder de pautar a sociedade, como foi dito anteriormente, ainda é bastante expressivo.

No caso de Cesare Battisti, logo após a concessão do asilo político em janeiro de 2009, o caso virou assunto dos principais meios de comunicação de massa do país. O Estadão, portal da internet, fez uma cobertura bastante intensa sobre o caso; e foi esta intensidade que motivou que tal cobertura fosse o objeto desta pesquisa. Mas, antes de

se adentrar na análise das notícias, aqui, selecionadas, é mister conhecer um pouco sobre a biografia de Cesare Battisti, bem como, entender seu caso sob à luz do direito.

2 A HISTÓRIA DE CESARE BATTISTI

2.1 O contexto pré-anos de chumbo na Itália

A década de 1970, na Itália, ficou conhecida como “anos de chumbo”, graças ao filme de Margarethe Von Trotta, de 1981, intitulado “Anni di Piombo”. O filme retrata o período marcado pela violência, pela luta armada e pelas ações terroristas. Entretanto, esse cenário começou a ser construído ainda no final dos anos 1950.

Para Alex Aspden (2008), os trabalhadores italianos votaram em massa para trazer ao poder os partidos de centro-esquerda nas eleições de 1958, na esperança de obter vitórias na luta contra a alta carga horária de trabalho, os baixos salários e as péssimas condições trabalhistas. Com o passar dos anos, os trabalhadores entenderam que a única maneira de ver seus direitos reconhecidos era se eles mesmos se organizassem e fossem à luta. Então, a classe organizou-se para lutar, uma vez que foram abandonados pela força sindical.

O movimento de organização e ação dos trabalhadores foi inspirado pelo movimento estudantil universitário. Em 1962, o governo italiano tornou obrigatória a Escola Secundária, ou seja, todo jovem deveria estudar pelo menos até a idade de 14 anos. Nesse contexto, muitos jovens decidiram continuar os estudos até a universidade. Porém, as universidades não estavam preparadas para receber tamanha demanda de jovens. Entre 1960 e 1968, o número de universitários aumentou em 180.000 (ASPDEN, 2008).

O sistema universitário italiano havia sido reformado pela última vez em 1923. Os professores só eram obrigados a lecionar 52 horas por ano, o número de faltas era extremo e os estudantes tinham que aprender sozinhos. As provas eram orais, tornando os critérios de avaliação muito subjetivos. Muitos dos estudantes vinham de famílias que não podiam arcar com os custos dos estudos. Esses jovens passaram, então, a ser estudantes e trabalhadores ao mesmo tempo.

O nível de evasão nas universidades italiana, em 1968, era de 50% dos alunos que iniciavam os estudos (ASPDEN, 2008). Entre os anos de 1967 e 1968, os estudantes do Norte da Itália se rebelaram contra o aumento das taxas e contra o plano do Ministro da

Educação de restringir o ingresso na educação superior. As universidades de Milão, Turim e Trento foram ocupadas pelos estudantes.

Para Antônio Negri (1998), depois dos protestos estudantis de maio de 1968, outras categorias sociais organizaram-se e deixaram sua marca no cenário político italiano. De acordo com Aspden (2008), como o acesso à universidade tornou-se mais fácil, muitos trabalhadores completaram seus estudos. Dessa maneira, muitos jovens trabalhadores experimentaram o poder da radicalização nas universidades e trouxeram essa perspectiva para as fábricas.

Para Aspden (2008), essa nova consciência encontrou espaço dentro dos movimentos sociais, que logo se aliaram aos trabalhadores na luta de classes nas fábricas. Muitos grupos revolucionários juntaram-se aos protestos dos trabalhadores nos piquetes nas fábricas ao longo do país. Em pouco tempo, os revolucionários passaram a ter bastante influência nas fábricas, muitas vezes, suplantando o poder dos sindicatos. Os que mais conseguiram exercer sua influência sobre os trabalhadores foram: o “Potere Operaio” (Poder Operário) e o “Avanguardia Operaia” (Vanguarda Operária).

Em 1968, os trabalhadores das fábricas no Norte da Itália entraram em greve. O poder de influência dos sindicatos sobre esses trabalhadores era mínimo. Os representantes sindicais não levavam em consideração as reclamações dos jovens trabalhadores não-qualificados. Geralmente, os líderes sindicais eram trabalhadores qualificados, com experiência e que não eram afetados pelas mudanças que a mecanização do trabalho trouxe para a realidade das fábricas (ASPEN, 2008).

Em maio de 1968, uma greve geral aconteceu na França. Rapidamente ela adquiriu significado e proporções revolucionárias, mas em seguida foi desencorajada pelo Partido Comunista Francês, de orientação stalinista, e, finalmente, foi suprimida pelo governo que acusou os comunistas de tramarem contra a República. Este episódio, porém, confirmou para os italianos que a melhor maneira de ver seus direitos respeitados e garantidos seria, através das greves e rebeliões controladas pelos trabalhadores diretamente ligados às reivindicações.

Na Itália, as greves continuaram em 1969. No outono do mesmo ano, houve a maior greve: meio milhão de trabalhadores da indústria parou. Ainda em 1969, foram criados os “consigli di fabbrica”, em português, os conselhos de fábrica. Segundo Neri

(1998), esses conselhos lutavam pelo aumento igual para todos os trabalhadores e uma liberalização da política capitalista sobre o mercado de trabalho.

Nesse mesmo ano, foi criado o “Statuto dei Lavoratori” (Estatuto dos Trabalhadores), regulamentando 44 horas de jornada semanal, igual aumento para todos os trabalhadores, aumento também para os aprendizes e o direito dos sindicatos de se reunir e organizar assembleias durante o dia de trabalho (ASPDEN, 2008).

Até o começo da década de 1970, o relacionamento entre os novos movimentos sociais e a esquerda italiana podia ser considerado dialético, ou seja, havia, apesar das dificuldades esperadas, um espaço de discussão de ideias de ambas as partes. Entretanto, com a crise do óleo em 1973² e com os primeiros cortes feitos pelas empresas capitalistas esse relacionamento foi abalado. “The Italian Parliament left broke off dialogue with the new social forces, and the majority component of that left, the Italian Communist Party (PCI), proposed a “historic compromise.” (NERI, 1998, p.1)³.

A essa época, o sistema político italiano era caracterizado pelo “bipartidarismo imperfeito”, ou seja, apenas dois partidos dividem o poder. Na Itália, a imperfeição se dava, pois havia uma convenção que excluía o “Partito Comunista Italiano” (Partido Comunista Italiano, o PCI) do poder. Todo o poder ficava nas mãos do “Partito dei Democratici Cristiani”, Partido dos Democratas Cristãos, o DC (NERI, 1998).

Após a crise do óleo e a mudança no relacionamento entre o PCI e os movimentos sociais, o PCI sugeriu o que foi chamado de “compromisso histórico”: uma união política com os adversários do DC nas votações do Parlamento. A partir de 1973, o Parlamento passou a funcionar com a unanimidade. Entre 1974 e 1978, essa aliança partidária se expandiu para todos os níveis do governo, chegando aos meios de comunicação, à polícia e até mesmo aos sindicatos.

² Crise do petróleo que começou em 1973 quando membros da [Organização de Países Exportadores de Petróleo](#) anunciaram que já enviariam [óleo](#) às nações que tinham suportado [Israel](#) em seu conflito com Síria e Egito ([Estados Unidos](#), seus aliados dentro [Europa Ocidental](#) e [Japão](#)). Na época, o valor do barril mais que triplicou em um curto período de três meses.

³ Em português: “O Parlamento italiano rompeu o diálogo com as novas forças sociais, e o componente majoritário dessa esquerda, o Partido Comunista Italiano (PCI), propôs uma “compromisso histórico”.

Nesse mesmo contexto, as inúmeras lutas sociais, tanto dos trabalhadores em geral quanto dos estudantes, estavam ficando, a cada dia, mais intensas. Os movimentos sociais que se envolveram na luta dos trabalhadores romperam com todas as formas de representação institucional após o compromisso histórico. As reivindicações dos movimentos sociais se apoiavam no momento vivido pela Itália: a deflação da política monetária, uma grande mecanização, tanto na produção quanto na fabricação industrial, a chamada “Emergência do Fordismo” (NERI, 1998).

Quando a repressão por parte dos patrões e da polícia passou dos limites da democracia, a resistência começou a se armar. Neri (1998) destaca o grupo revolucionário “Brigate Rose” (Brigadas Vermelhas) como exemplo de movimento que nasceu das lutas operárias nas fábricas italianas do Norte; que, após a reestruturação das condições de trabalho nas fábricas, associou-se a estas e às comunidades próximas e começaram a prática da chamada “justiça proletária”, através de atentados terroristas, especialmente, atentados à bomba.

Além da Brigadas Vermelhas, surgiram também: Gruppi d’Axione Partigiana (GAP), Nuclei Armati Proletari (NAP), Prima Linea (PL), I Comitati Comunisti Rivoluzionari (CoCoRi), Il Proletari Armati per il Comunismo (PAC). Todas organizações de esquerda, sendo este último o partido a qual Cesare Battisti se ligará.

O clima de violência e tensão cresceu após vários atentados com bombas durante manifestações em trens e nas estações ferroviárias; como o atentado que aconteceu em Milão em 1969. Esses atentados podem ser atribuídos a órgãos do governo que estavam encarregados de manter e zelar os interesses capitalistas em época de Guerra Fria⁴ (NERI, 1998).

Para Montanelli e Cervi (1991), o marco inicial desse período foi o atentado na Piazza Fontana, em 1968, indo até 1978, no assassinato do primeiro ministro Aldo Moro. Já para Neri (1998), todos os eventos entre 1967 (desde a rebelião estudantil) até 1983 (quando Bettino Craxi subiu ao poder na Itália) formam o período dos anos de chumbo na Itália. Durante esse tempo, as manifestações violentas contribuíram para agitar um clima já bastante conturbado.

⁴ Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991).

Para tentar conter as manifestações cada vez mais violentas, tanto por parte dos manifestantes de esquerda quanto dos de direita, os partidos do Parlamento – agora funcionando com unanimidade graças ao compromisso histórico – aprovaram uma série de leis especiais numa tentativa de conter a crise em que o país se encontrava.

De toda a década, o ano mais violento foi 1977. Segundo Moroni e Balestrini (1988), o conflito político se espalhou por toda a sociedade. Ao final de 1977, foram 40 mil denunciados, 15 mil presos, quatro mil condenados a muitos anos de prisão; sem contar os mortos e feridos de ambos os lados (MORONI e BALESTRINI, 1988).

Nel '77, divampò la generalizzazione quotidiana di un conflitto politico e culturale che si amificò in tutti i luoghi del sociale, esemplificando lo scontro che percorse tutti gli anni Settanta, uno scontro duro, forse il più duro, tra le classi e dentro la classe, che si sia mai verificato dall'unità d'Italia (MORONI e BALESTRINI, 1988, p.34)⁵.

Em 1978, Aldo Moro foi sequestrado e, posteriormente, assassinado por integrantes das Brigadas Vermelhas. Aldo Moro era figura importante dentro do DC, tendo sido várias vezes primeiro ministro. Ele apoiava o compromisso histórico entre o DC e o PCI. A essa época, o PCI era o maior partido comunista da Europa Ocidental. As Brigadas Vermelhas também sequestraram o general americano James Lee Dozier.

O assassinato de Moro foi o começo do final dos anos de chumbo, uma vez que os movimentos revolucionários perderam o controle das consequências políticas de seus atos (NERI, 1998). O Parlamento, imerso no compromisso histórico, tentava sair do isolamento político em que se encontrava e optou pela repressão policial ostensiva.

Dada a utilização do terrorismo como arma de luta em larga escala, foi diminuída a liberdade constitucional, aumentado o poder da polícia, dando direito à polícia de atirar quando considerasse operacionalmente necessário. Foram criados órgãos para cuidar especialmente dos casos de terrorismo, como: o Gruppo de Intervento Speciale (Grupo de Intervenção Especial) e o Nucleo Operativo Centrale di Sicurezza (Núcleo Central de Segurança), ambos compostos por policiais italianos.

Em 1981, houve um referendo na Itália sobre a Legge Cossiga (Lei Cossiga), lei que punia os considerados culpados por atos de terrorismo com penas mais severas. A

⁵ Em português: “Em 77, quebrou-se a generalização cotidiana de um conflito político e cultural que se infiltrou em todos os lugares da sociedade, exemplificando a batalha que cobria toda a década de setenta, uma batalha difícil, talvez a mais difícil, e entre as classes, dentro das classes, que já ocorreu desde a Unificação da Itália.”.

lei estava em vigor desde o ano anterior e o referendo foi realizado para decidir se a lei continuava em vigor ou era revogada. O resultado foi que 85% da população aprovaram a continuidade da aplicação da lei.

Com o plebiscito que referendava a Lei Cossiga, quem mais saiu perdendo foi o PCI, que além de perder poder no Parlamento, ficou à mercê da direita e perdeu o apoio eleitoral, uma vez que não foi restabelecido o diálogo com os movimentos sociais, o que os tornou marginalizados politicamente. Coube, então, ao governo socialista de Bettino Craxi transformar o isolamento político em uma maquinaria de corrupção e degradação da sociedade (NERI, 1998).

2.2 Quem é Cesare Battisti

Cesare Battisti nasceu em uma vila industrial, chamada Sermoneta, em 1954. Desde criança, teve contatos com ideais marxistas, uma vez que seu pai era comunista. Segundo seu livro, *Minha fuga sem fim* (2007), havia uma tradição comunista na família: seu avô comemorou a inauguração do Partido Comunista Italiano; o pai saía todos os domingos para as reuniões comunistas com um cravo na lapela; e seu irmão mais velho, com suas inúmeras camisas com temas russos, acabou sendo eleito ao cargo de adjunto de obras dentro da lista do Partido Comunista Italiano.

“Eu não tinha ainda dez anos e já berrava no alto-falante do carro dele [de seu irmão mais velho]: ‘Governo ladrão ou ratos fascistas, o lugar de vocês é no esgoto!’ Quando criança, gostava daquilo tudo.” (BATTISTI, 2007, p. 32). Inclusive, ele relata que a decoração da parede da sala de jantar da sua casa era uma foto de Stálin.

Pequeno ainda achava que se tratava de uma efígie de um santo, e desconfiava. Com a minha mãe, tão religiosa, essa concessão não era de se descartar. Quando cheguei à idade de comparar os comportamentos da minha família, não muito comunistas, como tal de Stálin presente em todas as refeições, resolvi dependurar a carranca e despachá-la janela a fora. É de crer que tenha sido um gesto capital [...] (BATTISTI, 2007, p. 32).

Embora não tenha sentido ligação política com o retrato de Stálin, o engajamento durante a juventude foi inevitável. Participou da Juventude Comunista. Em 1968, participou dos levantes estudantis que ocorriam na Itália e após esses episódios, Battisti engajou-se no ativismo de extrema esquerda.

Ratifiquei minha ruptura com o Partido Comunista e com a teimosia stalinista da minha família participando das manifestações do *Lotta Continua*. Essa organização de extrema esquerda já era tão poderosa na época, que seu jornal diário tinha tiragem de 50 mil exemplares. Era moda entre os jovens enfiá-lo no bolso de trás da calça tomando o cuidado de deixar o título à mostra (BATTISTI, 2007, p. 33).

Depois da Juventude Comunista, foi a vez do engajamento nos chamados squats (ocupas e centros sociais, onde os militantes se reuniam à época). Para Cesare, os squats eram tudo na vida: “a minha primeira namorada, meu primeiro petardo (bomba), meu primeiro panfleto, minha primeira casa, o SQUAT era tudo isso.” (BATTISTI, 2007, p. 35).

O autor ressalta as atividades do grupo revolucionário Autonomia Operária que, ao escurecer do dia, tomava as ruas e praticava delitos para custear suas atividades. Ao contrário do que era normal nos grupos revolucionários, os integrantes da Autonomia Operária não se calavam, assumiam seus delitos e defendiam a ilegalidade. Cesare os descreve como delinquentes com um argumento coerente. Para eles, a noção de direita e esquerda não era mais viável, eram coisas do passado.

Com esse grupo, Cesare participou das chamadas “reapropriações proletárias”, o que consistia em dar motivos políticos aos pequenos assaltos e roubos que eram cometidos em prol da continuação das atividades do grupo. Cometendo esses delitos, Cesare foi preso e na prisão conheceu muitos outros militantes que já haviam feito a opção pela luta armada. Cesare relata que não lhe agradava o discurso desses militantes; era distante do que ele acreditava e lembrava-lhe as doutrinas stalinistas.

Ao ser transferido para outra prisão, conheci um militante que falava outra linguagem. Era meio alambicado o sujeito, mas percebi no seu discurso coisas que meus amigos também diziam, de um modo muito mais claro. (BATTISTI, 2007, p. 36).

Após dois anos, Battisti saiu da prisão diretamente para o seio da luta armada. Foi quando começaram suas atividades pelo grupo militante armado “Proletari Armati per il Comunismo” (PAC). De acordo com Battisti, a maioria dos integrantes do PAC vieram diretamente do Autonomia Operária.

O discurso dos membros do PAC sobre uma nova composição social em que os operários não seriam o principal motor das revoluções recusava os princípios Mao-

Leninistas⁶ que dominavam a ideologia das revoluções operárias, além de não concordar com a hierarquização dos partidos políticos. Segundo Battisti, os “Gurus” do PAC eram Horkheimer, Marcuse, Sartre, Foucault, Deleuze, Guattari e Baudrillard.

O PAC não se considerava uma organização de militantes armados. “Eram apenas uma sigla, representativa dos novos princípios. Qualquer desconhecido podia agir em nome dessa sigla, sem limites geográficos e com total autonomia.” (BATTISTI, 2007, p. 38). Battisti considerava PAC uma palavra de ordem, que poderia ser utilizada por qualquer pessoa que tivesse afinidade com a linha de pensamento dos integrantes.

Dessa maneira, apesar do núcleo do PAC ser sediado em Milão, uma ação poderia acontecer do outro lado do país sem que esse núcleo milanês sequer tomasse conhecimento do fato, quanto mais saber quem o praticou e mesmo assim, levar na assinatura o nome do movimento.

Foi nessa época em que Cesare conheceu Pietro Mutti. Mutti era operário da Alfa Romeo e trabalhava oito horas por dia, o que o tornava raro nas reuniões do PAC. Na Alfa Romeo, Mutti era líder do comitê autônomo sindical, o que o tornava muito visível aos olhos da polícia e aos olhos do sindicato comunista. Apesar de um desconforto inicial, Battisti e Mutti passaram a compartilhar, além dos momentos no PAC, noitadas regadas a muito vinho.

Os dois tornaram-se amigos. Segundo Battisti, somente nunca concordaram no quesito violência do movimento. Battisti não achava que a violência era unicamente culpa do Estado, como acreditava e propagava Mutti. “[...] e ele que fosse se danar com todas aquelas teorias nebulosas segundo as quais só o Estado podia ser culpado pela violência, já que detinha seu monopólio, ao passo que a nossa não seria ‘violência’, apenas ‘resistência’.” (BATTISTI, 2007, p. 42).

Em 1978, a situação de tensão política na Itália chegou ao seu ponto crítico: o sequestro e o assassinato de Aldo Moro.

Foi um choque enorme. Com aquela pavorosa execução, as Brigadas Vermelhas declaravam guerra ao Estado, expondo assim o movimento, em todas as suas expressões de luta, a uma repressão indiscriminada que viria a resultar em dezenas de milhares de prisões. (BATTISTI, 2007, p. 43).

⁶ Referências a Mao Tsé-Tung (líder da República Popular da China) e a Vladimir Ilyich Ulyanov, o Lênin (líder da Revolução Russa).

Nessa conturbada situação, o PAC resolveu que continuaria defendendo a luta armada, entretanto, não apoiava nenhuma ação que acarretasse morte humana. Porém, o grupo do PAC não era hierarquizado ou sequer unido; havia várias unidades ao longo do país; o que tornou bastante complicado o seguimento dessas palavras de ordem. A partir de então, Cesare passou a viver clandestinamente.

No verão de 1978, um dos núcleos do PAC reivindicou o assassinato do agente penitenciário Antonio Santoro, sob alegação de torturar prisioneiros e desvio de dinheiro público. A ação dividiu opiniões dentro do núcleo do PAC ao qual Cesare fazia parte. A partir daí, Cesare renunciou à luta armada e se desligou das atividades do PAC; uma vez que seu desejo nunca foi sangue derramado. Além de Cesare, muitos militantes que se juntaram ao movimento, logo em seu início, não só romperam com a luta armada, mas também queriam dar um fim no próprio PAC. Um dos que se opunha à extinção do PAC era Mutti e foi nesse momento que os problemas entre os dois começaram (BATTISTI, 2007).

Juntamente com outros ex-integrantes do PAC, Cesare continuou a viver clandestinamente. Até que em junho de 1979, depois de uma grande operação antiterrorista feita no Norte da Itália, Cesare foi preso. Ele e os outros ex-PAC que dividiam o apartamento. Com eles, a polícia não encontrou documentos que incitavam a luta armada e mesmo as armas encontradas nunca foram utilizadas para homicídios, de acordo com o exame de balística. Na prisão, corriam boatos de que Mutti integrava agora um novo movimento: o Prima Linea (Primeira Linha).

Cesare foi levado para as prisões especiais onde visitas e telegramas da família e dos amigos estavam proibidos. Era esse o tratamento dado aos militantes que o Estado italiano chamava de terroristas.

Eu estava preso num desses estabelecimentos ditos ‘prisões especiais’, o Estado trancafiava diversos milhares de militantes. Eles nos chamavam de ‘terroristas’. Estava ainda preso, quando em 1980, Giorgio, meu irmão mais velho, morreu num acidente de trabalho. Soube da sua morte com três meses de atraso, pois o promotor – sempre o mesmo – havia bloqueado os telegramas enviados pela minha família, assim como o direito de visita. (BATTISTI, 2007, p. 47).

Em 1980, a repressão violenta na Itália aumentou vigorosamente.

Não vou reprisar o estado de emergência, a suspensão de alguns artigos da constituição, as execuções sumárias. Tudo isso é conhecido. Mas, nesse

período, o pânico tomara conta do nosso meio carcerário e corria o coração e a cabeça dos detentos, inclusive dos irredutíveis, que não ousavam confessá-los. Quanto a mim, estava apavorado com os súbitos sumiços dos prisioneiros. (BATTISTI, 2007, p. 48).

Ao ser transferido para uma prisão comum, Cesare Battisti fugiu no dia 4 de outubro de 1981, numa ação totalmente sem violência. Alguns dos amigos que organizaram a fuga tinham esperanças de que Cesare teria o poder de convencer Mutti a depor as armas.

Veio o quatro de outubro de 1981. Nesse dia, um grupo constituído por um número igual de amigos meus e militantes engajados no COLP⁷, conduzido pelo próprio Pietro Mutti, tirou-me da prisão sem cometer nenhuma violência. A tal ponto que a imprensa nacional teve de reconhecer a ponderação demonstrada pelos assaltantes numa operação que era, afinal, arriscada. (BATTISTI, 2007, p.51).

A essa época, Mutti participava de outro grupo armado, os COLP. Esse grupo, que também havia ajudado na fuga de Cesare Battisti, era composto por jovens, alguns menores de idade. Após a fuga, Cesare foi instalado em um porão e o grupo cuidava de sua alimentação e de suas roupas. O italiano relata que tentou convencer Mutti a deixar a luta armada, mas não obteve sucesso. O que conseguiu foi ser considerado um traidor, perder a proteção do movimento e ser deixado na estação no dia seguinte. Para Cesare, Mutti havia ajudado na sua libertação com esperanças de que ele se engajasse novamente na luta armada (BATTISTI, 2007).

Mutti foi preso em 1982, junto ao seu grupo. A essa época, Cesare estava na França para onde havia fugido atravessando os Alpes a pé. Na França, muitos dos revolucionários italianos tinham encontrado asilo; era “uma terra prometida” (BATTISTI, 2007, p. 53).

E Pietro Mutti, o irredutível, transformou-se num dos mais famosos “arrepentidos”. O que se denominou “arrepentidos” nos processos italianos dos anos 1980 não tem nada em comum com o “arrepentimento” de um cristão que vai a Igreja confessar-se. Esse status jurídico foi criado pelas leis especiais do período, para os “tribunais de exceção” encarregados de acabar, a qualquer preço com a insurreição de extrema esquerda. Os famosos arrepentidos eram acusados que negociavam sua pena em troca de denúncias, em acordo com a magistratura desejosa de liquidar seus milhares de dossiês mediante todos os meios e de apontar os culpados, verdadeiros ou não. (BATTISTI, 2007, p. 53-54).

⁷ COLP: Comunistas Organizados pela Libertação Operária.

Os arrependidos, muitas vezes, chegavam a ser torturados para colaborar com a justiça. Em geral, eram os que estavam em situação mais complicada é que se tornavam os “arrependidos” mais cruéis; uma vez que quanto mais nomes o indivíduo entregasse, maiores eram as chances de liberdade. Havia ainda a figura dos “dissociados”, outros membros de organizações de extrema esquerda que recebiam diminuição da pena se confirmassem o que os arrependidos relatavam à justiça. Mutti era um candidato à prisão perpétua; segundo Battisti acusou “a torto e à direita”, inclusive, culpando-o pelos quatro homicídios que foram assumidos pela sigla PAC.

Pietro Mutti forneceu aos magistrados tantas versões constantemente contraditas por outros arrependidos, que chegaram a ameaçar retirar-lhe a proteção e mandá-lo para casa junto com os ex-companheiros que ele havia denunciado. O que equivalia a uma condenação de morte. (BATTISTI, 2007, p.57).

Após um ano vivendo ilegalmente na França, Cesare Battisti seguiu para o México onde permaneceu de 1982 até 1990. Ele retornou à França, graças à “doutrina Mitterrand”; política adotada pelo governo de François Mitterrand que concedia asilo aos italianos que estivessem envolvidos em atividades terroristas até 1981 e que se comprometessem a deixar a luta armada.

Em 1988, ele foi condenado, pela Justiça de Milão, à prisão perpétua, por autoria direta ou indireta de quatro homicídios, atribuídos ao PAC, entre os anos de 1978 e 1979, durante os chamados “anos de chumbo” na Itália. Segundo Battisti (2007), durante esse tempo ele não teve qualquer contato com a Itália, nem com a família, nem com seu advogado. Ele também afirma em seu livro que não tinha qualquer conhecimento sobre os processos que corriam contra ele na Itália. Battisti relata que tomou ciência dos processos apenas quando voltou para a França, na década de 1990.

Se pudesse ter sido julgado teria como expor todos os fatos e me defender. Em todos os países da Europa, a lei prevê que os condenados à revelia – julgados “por contumácia” –, caso sejam apanhados ou caso se entreguem, têm direito a um novo processo, de modo a poderem se explicar pessoalmente perante o juiz. (BATTISTI, 2007, p. 57).

Battisti permaneceu durante 14 anos em território francês onde tinha emprego, estruturou sua família e continuou suas atividades de escritor. Apesar de ter outros empregos, consolidou sua carreira como escritor e romancista policial. Em 1986, fundou a revista cultural Via Libre e publicou 17 livros, além de inúmeros artigos. A

Itália pediu sua extradição no início dos anos 1990 e a França o considerou não extraditável em 1991.

Entretanto, em 2004, numa França sob o governo de Jacques Chirac, o pedido da Itália foi atendido. A Justiça francesa decidiu por conceder a extradição de Battisti, contradizendo o compromisso da doutrina Mitterrand. Então, o italiano fugiu para o Brasil. Em 18 de março de 2007, Battisti foi detido preventivamente no Rio de Janeiro. A República da Itália formalizou o pedido de extradição junto ao governo brasileiro em 24 de abril de 2007.

Em junho do mesmo ano, o advogado de Battisti, Luiz Eduardo Greenhalgh, requereu o reconhecimento da condição de refugiado ao Conare (Comitê Nacional para Refugiados) que, em 28 de novembro de 2008, indeferiu o pedido de refúgio a Cesare Battisti. Para a lei 9474/97, é da competência do Conare a análise do pedido de refúgio e a concessão ou não em primeira instância. Caso o Conare decida pela não concessão do refúgio, o solicitante pode requerer o reconhecimento do status de refugiado ao Ministro da Justiça, em um prazo de 15 dias.

Em 13 de janeiro de 2009, o então Ministro da Justiça, Tarso Genro, reconheceu a condição de refugiado de Cesare, baseado na lei 9474/97, que define os procedimentos de proteção aos refugiados no país. Genro entendeu que existia um “fundado temor de perseguição por opiniões e ideologias políticas entre Cesare Battisti e o governo italiano.”, justificando dessa maneira a concessão do refúgio.

O ministro de Estado da Justiça fundamentou sua decisão com a descrição do período conhecido como ‘anos de chumbo’ na Itália, no qual foram adotadas inúmeras medidas excepcionais pelo governo italiano, como prisões preventivas por tempo indeterminado, condenações com base em simples declarações premiadas, inobservância do devido processo legal etc.. Além disso, Genro defendeu a tese de que os crimes praticados por Cesare Battisti configuram crime político. (GAETNER JUNIOR, 2010, p.32).

Para Gaertner, uma vez que ele foi considerado refugiado, entende-se que não faz sentido dar prosseguimento ao processo de extradição, uma vez que a condição de refugiado impede a extradição. Caso um pedido de extradição seja feito após a concessão do status de refugiado, o processo sequer deve ser encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Para impedir que o processo de extradição fosse arquivado, a República Italiana impetrou um mandato de segurança que objetivava impugnar a concessão do refúgio ao ex-militante italiano. Mesmo com a concessão do refúgio, o processo de análise da extradição teve prosseguimento e o STF indicou que o pedido de extradição fosse aceito, embora a decisão final seja do Presidente da República, que até a presente data, não divulgou sua decisão.

2.3. Situação jurídica de Cesare Battisti no Brasil

Como primeiro tópico, antes de se discutir a situação jurídica de Cesare Battisti no Brasil, é preciso conceituar o que seja terrorismo cujo conceito é bastante amplo. Com raízes na Revolução Francesa, no chamado “terror jacobino”, o terrorismo, possui algumas características básicas. Para que um crime seja considerado terrorismo, deve ter ocorrido violência contra um grupo determinado de pessoas; existência de destruição e de mortes; e o objetivo de cobrança de uma determinada atitude da parte atacada. (MARCO, 2005).

O terrorismo pode ser definido, ainda, como “qualquer ato violento contra pessoas inocentes com a intenção de forçar um Estado, ou qualquer sujeito internacional, para seguir uma linha de conduta, que de outro modo, não seguiria.” (CASSESE apud MARCO, 1991, p. 6). Segundo Feliciano (2005), existem vários tipos de terrorismo, como o político, o ambiental, o humanitário, o econômico, dentre outros.

Já o terrorismo político, o mais recorrente de todos, pode ser definido como o crime que

[...] ora insurge contra a ordem político-institucional vigente, tentando por meios ilícitos subvertê-la ou modificá-la, ora adere mesmo àquela ordem, almejando mantê-la ou reforçá-la sob império do medo e da violência sub-reptícia (como ocorre nos diversos terrorismos de Estado). (FELICIANO, 2005, p. 3).

A lei de Segurança Nacional Brasileira, nº 7170/83, que define os crimes contra a segurança nacional e define seus procedimentos, não define expressamente o conceito de terrorismo, embora possamos, após todas as definições apresentadas, conceituar o terrorismo (político) a partir do artigo 17º da lei 7170/83:

Art. 17º - Tentar mudar, com emprego de violência ou grave ameaça, a ordem, o regime vigente ou o Estado de Direito. Pena: reclusão, de 3 a 15 anos.

Parágrafo Único - Se do fato resulta lesão corporal grave, a pena aumenta-se até a metade; se resulta morte, aumenta-se até o dobro.

Uma vez que a legislação brasileira não define claramente o conceito de terrorismo, abre-se espaço para interpretações subjetivas. A lei 7071/83 não reflete a necessidade dessa definição, uma vez que foi elaborada durante o período da Ditadura Militar no Brasil, enquanto o Estado de Direito estava suspenso.

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988, determina em seu artigo 5º, XLII:

A Lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem. (artigo 5º, XLIII, da CRFB).

Embora os atos de terrorismo sejam equiparados aos crimes hediondos na lei brasileira, a definição perde eficácia no momento em que não é especificado o que pode ser classificado como terrorismo.

De posse dessa discussão inicial, para se entender melhor a situação jurídica de Cesare Battisti, é preciso tentar responder algumas perguntas: no que se constitui o ato de concessão de asilo político e em quais condições ele pode acontecer? O que é extradição? Como se dá esse processo e o que faz um estrangeiro ser extraditado? O que pode ser considerado crime político? Qual a diferença entre crime político e terrorismo?

A República Italiana requereu junto ao Brasil a extradição de Battisti em 2007. Em 2009, o italiano teve o status de refugiado concedido e, posteriormente, impugnado. Dessa forma, o processo de extradição foi analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que se pronunciou favorável à extradição, lembrando que o STF apenas julga a validade do caso. A decisão final cabe ao Presidente da República. Cesare encontra-se preso, desde 2007, à espera da resolução do Executivo brasileiro.

Cesare foi condenado pela Justiça de Milão à prisão perpétua sem luz solar, por ele ter cometido três assassinatos e de ser o mandante em outro; processo no qual foi condenado à revelia. O italiano nega a autoria dos homicídios; dois deles tendo

acontecido dentro da mesma hora, só que a mais de 400 quilômetros de distância. A única prova da justiça italiana contra Battisti é o testemunho do seu companheiro de militância no PAC, Pietro Mutti, que atribuiu os quatro crimes a Cesare. Foi com essas acusações que Mutti se beneficiou com a chamada “delação premiada”⁸, tendo sua pena reduzida para nove anos de prisão por colaborar com a justiça.

Segundo Battisti, essa atitude de Mutti estava seguindo regras básicas da militância, como dar tempo aos que estavam livres e culpar os que já estavam fora do país. Cesare foi a escolha perfeita, além de não participar dos COLP, ele estava sob a jurisdição de outro Estado; na época, o México. Considerando que os crimes de Battisti eram políticos, seus advogados requereram o status de refugiado ao Conare, que indeferiu o pedido. O refúgio foi concedido pelo Ministro da Justiça Tarso Genro, o qual alegou que o italiano não pode ser extraditado por considerar que os crimes atribuídos a Battisti tiveram motivação política.

De acordo com o documento que fundamenta a concessão do refúgio, Genro salienta que o extraditando teme perseguição política e que, segundo a lei brasileira que regula o refúgio, o Estatuto do Refugiado de 1951, todo indivíduo estrangeiro que teme perseguição racial, religiosa, por nacionalidade, por grupo social ou por opiniões políticas em seu país de origem e não quiser voltar a seu país, será reconhecido como refugiado.

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Segundo Rezek (2005), o conceito de refúgio político ou asilo político

[...] é o acolhimento pelo Estado, de estrangeiro perseguido alhures – geralmente, mas não necessariamente em seu próprio país – por causa de dissidência política, de delitos de opinião, ou por crimes que, relacionados

⁸ Delação é a responsabilização de terceiro, feita por um suspeito, investigado, indiciado ou réu, realizada no bojo de seu interrogatório ou outro ato. “Delação Premiada” é a incriminação incentivada pelo Legislador, que tem por objetivo premiar o delator, concedendo-lhe benefícios diversos no processo penal, tais como: redução de pena, perdão judicial, aplicação de regime de cumprimento de pena de forma abrandada etc..

com a segurança do Estado, não configurem quebra do direito penal comum. (REZEK, 2005, p.215).

Ou seja, o cidadão estrangeiro com direito ao requerimento de refúgio ou asilo político é aquele que não cometeu crimes contra um bem jurídico universalmente reconhecido. Seus delitos foram um tipo de afronta a “uma forma de autoridade assentada sobre ideologia ou metodologia capaz de suscitar confronto além da oposição regular num Estado democrático.” (REZEK, 2005, p.215). O asilo político é apenas territorial, o estrangeiro tem que ter cruzado a fronteira do território do país para fazer o requerimento do pedido de asilo.

Um dos argumentos que o Ministro Genro usou é que o próprio texto das sentenças dadas pela justiça italiana no caso de Cesare Battisti refere-se aos crimes do réu de maneira que os qualifica como crimes políticos. Citando o texto da sentença, diz-se que os crimes de Cesare tiveram “finalidade de subverter a ordem do Estado”. Segundo o Ministro do STF, Marco Aurélio Mello, a sentença condenatória de Battisti repete 34 vezes que seus crimes tinham por objetivo subverter a ordem nacional.

Segundo Gaertner (2010, p. 31), “o refúgio é um instituto do Direito Internacional dos Refugiados, originário da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.”. O direito ao asilo político está assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de setembro de 1948. O direito ao asilo político, por sua vez, é considerado o fundamento básico do direito internacional e dos tratados entre os países ao redor do mundo.

A Declaração dos Direitos Humanos assegura, pois, os direitos básicos do homem, como liberdade, educação, trabalho, saúde, igualdade social e econômica, segurança social, família, lazer etc.. Esse documento, organizado e publicado após as atrocidades de duas guerras mundiais, foi formulado por 18 membros de diversas orientações políticas e de várias nacionalidades. Entre eles, Eleanor Roosevelt, a viúva do presidente americano Franklin D. Roosevelt, René Cassim, da França, Charles Marik, vice-presidente do Líbano à época e Peng Chang, da China.

Ela passou a ter poder político no momento em que foi adotada pelas Constituições de vários países ao redor do mundo, sendo, portanto, considerada uma fonte de inspiração para corrigir injustiças, em períodos de conflitos, em sociedades

sujeitas à repressão e para nos ajudar nos esforços para alcançar o gozo universal dos direitos humanos.

Um dos principais direitos assegurados pela DUDH é o direito ao asilo político. O artigo XIV assegura que todo ser humano que seja vítima de perseguição, tem direito a requerer asilo em outros países. Entretanto, esse direito perde a validade se o motivo da perseguição forem crimes de direito penal comum ou “por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.” (Art. XIV, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

No caso, aqui, em análise, a República Italiana conseguiu impugnar com um mandato de segurança a concessão de refúgio a Cesare Battisti; fazendo com que o processo de extradição continuasse em curso e tivesse sua validade julgada pelo STF em 2009, que, por sua vez, indicou ser favorável à extradição, embora a decisão final caiba ao Executivo.

Para Mello (1994), a extradição é o ato em que um Estado entrega um indivíduo a outro Estado, para que este possa processá-lo e puni-lo. As regras da extradição normalmente obedecem a um tratado assinado entre os dois Estados, ou fica estabelecido um critério de reciprocidade. Um governo só pode tomar a decisão de requerer a extradição de um cidadão se houver um processo penal findo ou em curso contra ele.

Segundo Rezek (2005, p. 197), “extradição é a entrega, por um Estado a outro, e a pedido deste, de pessoa que em seu território deva responder a processo penal ou cumprir pena.”. Os processos de extradição são fundamentados em um tratado estabelecido entre dois países, no qual se pode definir em quais circunstâncias dar-se-á a extradição.

A história nos conta que desde a Antiguidade Oriental a prática da extradição já acontecia entre Egito e Israel. Segundo Mello (1994), um dos mais antigos tratados de extradição vem exatamente do Egito: um acordo entre o egípcio Ramsés II e o rei dos hititas Hattisuli, em 1291 a.C., que consolidava a extradição, inclusive, dos criminosos políticos.

Gregos e romanos também praticavam atos de extradição, recurso utilizado para capturar criminosos com delitos graves. Os romanos, apesar de não reconhecerem a soberania dos estados estrangeiros, tinham um tribunal dos “recuperadores”, que eram encarregados de julgar o processo de extradição. Já os povos germânicos não reconheciam fronteiras para a perseguição de seus criminosos, embora haja registros de alguns tratados, como entre Inglaterra e Escócia, em 1174.

Segundo Mello, na Idade Moderna, com o Absolutismo, a extradição serviu basicamente para extraditar criminosos militares, para evitar a deserção. Somente no século XIX é que a extradição como é conhecida hoje começou a tomar seus moldes definitivos. Em 1802, foi assinada a Paz de Amiens, entre França, Espanha e Inglaterra. Porém, os criminosos políticos só vão ser assunto desses tratados em 1833, com a lei belga de extradição.

A história da extradição no Brasil começa na época do Império, como um procedimento administrativo, ou seja, sem o envolvimento do Judiciário, realizada de acordo com os tratados ou com promessas de reciprocidade entre os Estados envolvidos. A primeira lei de extradição no Brasil foi a lei 2.416, sancionada em 1911.

Citando Donnediei de Varbres, Mello (1994) afirma que a extradição passou por três fases durante sua evolução: a primeira, chamada contratual, quando o processo de extradição está baseado apenas nos tratados; a segunda, chamada legislativa, quando os Estados fazem leis de extradição; e a terceira, chamada de regulamentação internacional, que é o próximo passo da escala evolucionária da extradição, ainda não existente no mundo.

Cabe ao poder Executivo solicitar a extradição de um indivíduo a outro Estado. Os pedidos recebidos pelo Brasil são feitos pela via diplomática ou de governo a governo e são recebidos pelo Ministério das Relações Exteriores no Brasil. O ministério encaminha o pedido ao STF, que avalia a legalidade do pedido. Quando considerado válido, o STF encaminha ao Executivo para o julgamento do mérito. Enquanto o pedido é analisado e até que saia a decisão do Executivo, o ministro relator determina o encarceramento do extraditando e essa etapa do processo não admite exceções.

As leis internas de um Estado são subordinadas aos compromissos internacionais dele. As leis internas servem para dar garantias necessárias ao extraditando. No Brasil, a

lei que cuida dos estrangeiros é a de número 6.815, do dia 19 de agosto de 1980. Essa lei define a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração, dentre outras deliberações.

Para que haja a extradição, o caso deve preencher alguns requisitos. Como o fator determinante para a extradição ser um crime de direito comum, deve ser reconhecido como crime por ambos os Estados envolvidos, ter certa gravidade, que o tempo da pena seja maior que um ano e que o crime não tenha prescrito em ambas as leis. Por isso, não se pode extraditar um condenado por processo administrativo ou um contribuinte que deva dinheiro na União. (REZEK, 2005).

Não é passível de extradição aquele criminoso que certamente foi ou será julgado e punido por um tribunal de exceção no Estado requerente, ou seja, dispositivos estranhos à Justiça comum e que possam vir a julgar o indivíduo por sua raça, crença, visão política etc.

Existem crimes que fazem com que o criminoso não seja extraditado, dentre os mais importantes estão os crimes militares e os políticos. Os crimes políticos não são passíveis de extradição, mas formam uma categoria bem mais difícil de ser definida. De acordo com Mello (1994), segundo a Doutrina, sugerem-se dois propósitos: um objetivista, que define o crime político como aquele que tem por objetivo um bem jurídico de natureza política, ou contra a ordem política vigente; e uma subjetivista, que abrange todo ato com fim político. Para Mello, em geral, segue-se um critério misto que engloba os propósitos objetivos e subjetivos.

Sejam quais forem os elementos levados em consideração para julgar se um crime é político, apenas no século XIX é que se passou a proteger os criminosos políticos. Antes disso, os tratados internacionais faziam-se presentes, na maioria das vezes, para assegurar a extradição dos criminosos políticos. A Suíça e a Bélgica já concediam asilo para os criminosos políticos e faziam questão de incluir a cláusula de não extradição desses criminosos nos tratados que assinavam com outros países.

Mas, a extradição do criminoso que violou o direito comum é um dever dos Estados na luta contra o crime no mundo.

Tal regra não se aplica na criminalidade política, onde o objeto da afronta não é um bem jurídico universalmente reconhecido, mas uma forma de

autoridade assentada sobre ideologia ou metodologia capaz de suscitar confronto além dos limites da oposição regular num Estado democrático. (REZEK, 2005, p. 251).

Para Mello,

não são equiparados aos criminosos políticos os criminosos de guerra, autores de genocídio e crimes contra a paz. Tais criminosos são passíveis de extradição, porque tais crimes não têm uma criminalidade relativa, pelo contrário, eles são violações de normas internacionais. (2004, p. 722).

Uma forma de contestação da ordem política vigente é o terrorismo, que tem ganhado mais e mais manchetes ao redor do mundo após os episódios de 11 de setembro nos Estados Unidos. Mas, podem-se incluir na categoria crime político os atos terroristas? Segundo Mello (2004), há uma tendência mundial, a circular livremente por outros países, para que tais atos não sejam considerados crimes políticos. Entretanto, isto só tem acontecido quando é especificado em um tratado internacional para que tais atos não sejam considerados crimes políticos, porém, poucos países mantêm tratados internacionais específicos.

Para Mello, a extradição acontece para que a justiça possa ser feita e o criminoso punido. Dessa maneira os Estados cooperam entre si no combate ao crime. “A extradição é um instituto necessário para que a repressão seja eficaz.” (2004, p.715). Mesmo que haja esse dever moral entre os Estados, precisa-se dos deveres jurídicos para que o processo seja consagrado. Os deveres jurídicos são estabelecidos, através dos tratados internacionais. “Na ausência de um tratado, pode existir um dever moral de extraditar um criminoso, mas não um dever jurídico.” (MELLO, 2004, p.715).

O Brasil e Itália assinaram seu tratado de extradição em Roma, no dia 17 de outubro de 1989. Assim, a República Federativa do Brasil e a República Italiana afirmam a sua cooperação internacional nas questões acerca da extradição e se comprometem a entregar o extraditando um ao outro, em caso de solicitação, segundo as regras estabelecidas no tratado.

De acordo com o tratado, para que haja extradição, o indivíduo deve ter cometido um delito que seja considerado crime nos dois países e que a pena seja a privação de liberdade com duração igual ou superior a um ano. Se a extradição for solicitada para execução de pena de privação de liberdade, o tempo mínimo de pena ainda a cumprir

deve ser maior que nove meses. E o tempo em que o extraditando ficar detido para fins de processo de extradição será deduzido de sua pena a ser cumprida.

Não haverá extradição, de acordo com o artigo III do Tratado entre Brasil e Itália, se: o extraditando estiver sendo ou já estiver sido submetido a processo penal pela parte requerida (no caso de Battisti, a parte requerida é o Brasil); na ocasião do pedido de extradição, o crime ou a pena estiver prescrito, de acordo com a lei de uma das partes; o fato que motivou o pedido de extradição for objeto de anistia pela parte requerida. Ou ainda se o extraditando for julgado e condenado por um tribunal reconhecidamente de exceção pela parte requerente; se for um crime militar ou político e se o país requerido tiver razões suficientemente fortes para crer que o extraditando sofrerá perseguição por motivo de raça, religião, sexo, nacionalidade, língua, opinião política, condição social ou pessoal, ou que a situação possa ser piorada por um desses fatores citados. Esta última condição foi considerada, pelo Ministro Tarso Genro, como sendo a do caso de Cesare Battisti.

3 A ANÁLISE DE NOTÍCIAS DO PORTAL ESTADÃO

3.1 O Estadão

Ao tentar compreender a linha editorial de um veículo jornalístico, é necessário que conheçamos a história do mesmo. Conhecer o passado histórico do Estadão faz com que seja possível entender seus posicionamentos políticos ao longo dos anos, uma vez que isso interfere diretamente no conteúdo das notícias. Sendo assim, é importante para esta pesquisa um breve histórico.

O jornal “O Estado de São Paulo” é o jornal mais antigo da cidade de São Paulo que ainda está em circulação. Segundo Sodré (1999), a primeira vez em que o jornal circulou foi às onze horas do dia quatro de janeiro de 1875, sob o nome original de “A Província de São Paulo”. O jornal inicialmente sobrevivia financeiramente de anúncios e assinatura. A venda avulsa do impresso só começou a acontecer em 1876. Somente em 1890, após a proclamação da República e a transformação das províncias em estados, o jornal começou a circular com o nome atual: Estado de São Paulo.

O jornal foi fundado por dezesseis pessoas que foram reunidas por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense. A proposta de criação do periódico surgiu na Convenção Republicana de Itu, com o objetivo de combater a monarquia e a escravidão (ESTADÃO, 2010). Verifica-se, portanto, que o jornal já iniciou sua trajetória, direcionando-se para um engajamento político bastante significativo.

A importância da fundação de "A Província" deve-se ao fato de ser o primeiro grande jornal engajado no ideário republicano e abolicionista, por meio dos textos contundentes de Francisco Rangel Pestana e Américo de Campos, seus primeiros redatores. (ESTADÃO, 2010).

Inicialmente, a tiragem era de pouco mais de dois mil exemplares diários, circulando numa cidade de aproximadamente 31 mil habitantes. Nessa época, existiam outros dois grandes jornais em São Paulo, o “Correio Paulistano” e o “Diário de São Paulo”, ambos já extintos. No final do século XIX, o jornal já ocupava o lugar de maior destaque na cena jornalística paulistana, desbancando “O Correio Paulistano”.

Júlio Mesquita, em 1885, entrava para a redação da *Província de São Paulo*, de que assumiria em 1891, a direção política, com a eleição de Rangel Pestana para o Senado, e já o jornal com o título alterado, desde 1º de janeiro

de 1890 para o *Estado de São Paulo*, agora impresso em máquina *Marinoni*. (SODRÉ, 1999, p. 228). [Grifo do autor]

A partir de então, o Estado de São Paulo passou a ser agente influenciador na cena política do país, uma vez que era considerado o principal meio de expressão republicana entre as cidades brasileiras (ESTADÃO, 2010).

A Província de São Paulo publicaria memorável editorial alusivo à Abolição e, no dia seguinte, uma nota: ‘A pátria sem escravos ainda não é a pátria livre. Agora começa o trabalho de libertar os brancos, assentando a constituição política sobre bases mais largas e seguras para a felicidade e a glória nacional. Devemos ser hoje mais felizes que ontem, mas convém que amanhã o sejamos mais que hoje.’. Abria, assim, as perspectivas para a reforma do regime, estendendo a Abolição como prelúdio da Republica. (SODRÉ, 1999, p. 241). [Grifo do autor]

Em janeiro de 1890, a tiragem do jornal vai a oito mil exemplares. Após a compra de novas máquinas que aceleraram o processo de produção gráfica, a tiragem salta para 18 mil exemplares. Além da melhoria na produção, este salto de vendagem deveu-se também à espera pelos textos de Euclides da Cunha sobre os incidentes de Canudos, que eram enviados à redação do jornal via telégrafo.

A grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria – tal como a política era entendida e praticada na velha República oligárquica. O tema político neutraliza a influência literária, mas não permite ainda a linguagem jornalística, aquela que é específica, diferente da linguagem literária. O *Estado de São Paulo*, de que Júlio Mesquita se torna, em 1902, proprietário único, é o grande órgão político na capital do Estado que se desenvolve mais rapidamente e em que as relações capitalistas depressa se generalizam; [...] (SODRÉ, 1999, p. 323). [Grifo do autor]

Em 1902, Mesquita e Cerqueira Cesar lideram a primeira dissidência republicana, adotando uma linha de oposição ao governo estadual e federal, dando mais uma vez, direcionamento político à publicação. Em 1924, o jornal foi impedido de circular após os levantes tenentistas; Mesquita tentara intermediar o diálogo entre os revoltosos e o governo e acabara preso e enviado ao Rio de Janeiro.

O jornal, ao longo dos anos, tem uma grande participação na vida política do Brasil. Apoiou a causa aliada na 1ª Guerra Mundial, perdendo dessa maneira, todos os seus anunciantes alemães na cidade. Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas em 1930; contra o qual se virou, transformando-se em liderança na Revolta Constitucionalista em 1932. O jornal foi fechado e, posteriormente, o seu conteúdo passou a ser controlado pelo Estado Novo, durante cinco anos.

Os jornais passaram, assim, por gosto ou contragosto, a servir a ditadura. Em março de 1940, a redação do *Estado de São Paulo* foi ocupada pela polícia militar: acusando os proprietários e diretores de terem ali armas escondidas, o jornal foi tomado, reaparecendo diretamente subordinado ao DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda], sob a direção de Abner Mourão, vindo do *Correio Paulistano*. (SODRÉ, 1999, p. 323). [Grifo do autor]

Já na década de 1960, o jornal deu apoio aos militares no início do Golpe de 1964. Porém, após o Ato Institucional II, onde os partidos políticos foram dissolvidos, o jornal retirou seu apoio ao regime militar e passou a ser censurado em 1968. Poemas de Camões começaram, então, a ser publicados no lugar das notícias censuradas. A censura no jornal só acabou em 1975, com a abertura política. Ainda em 1975, o jornal comemorou 100 anos de existência, porém, considerou somente 95 anos de vida, por causa dos cinco anos em que passou sob o controle da ditadura varguista.

Com o advento da internet, o Estado de São Paulo acompanhou a tendência da mídia tradicional em estender sua atuação jornalística para o novo suporte tecnológico. Assim, no ano 2000, os sites da Agência Estado, do jornal o Estado de São Paulo e do Jornal da Tarde se agregaram no portal da internet “Estadão” (www.estadao.com.br). Em 2003, o portal atingiu a marca de um milhão de visitantes mensais, estabelecendo-se na liderança dos portais de informação em tempo real (ESTADÃO, 2010).

O portal “Estadão” faz parte do Grupo O Estado de São Paulo (OESP), que engloba também o jornal “O Estado de São Paulo”, a Agência Estado (a maior do país), “O Jornal da Tarde” (publicado desde 1966), as rádios Eldorado (AM/FM) e a agência OESP Mídia, que atua na publicidade, através de classificados.

No caso Battisti, o portal fez uma das coberturas mais extensas, tendo sido fonte de informações para os principais jornais italianos, como “Corriere della Sera” e “La Repubblica”, além de outros ao redor do mundo.

Diante deste breve relato histórico, percebe-se que mais do que um divulgador de notícias os veículos jornalísticos do grupo OESP atuam como agentes políticos, inclusive de forma explícita. Há de se lembrar da última eleição para presidente do Brasil quando o grupo divulgou no editorial de O Estado de São Paulo seu apoio ao candidato José Serra (PSDB), que concorria com, a então candidata Dilma Rousseff. Daí, ser perceptível como a política editorial do grupo norteia sua produção jornalística e conseqüentemente, os discursos por ela construídos.

A política editorial de um jornal faz com que seu posicionamento político seja aparente em muitas das notícias tidas como puramente informativas e isentas de conteúdos opinativos. É na construção do discurso, sempre em 3ª pessoa para que a subjetividade do jornalista seja afastada da cena e todos os textos sejam apresentados segundo um padrão, que o jornal constrói imagens nem sempre condizentes com a realidade. É devido a essa compreensão que surgiu a motivação para uma análise do conteúdo ideológico, presente nos discursos que permeiam a cobertura jornalística sobre Cesare Battisti pelo portal Estadão.

3.2 Cesare Battisti segundo o portal Estadão

Relembrando o conceito de notícia de acordo com Luiz Beltrão – onde o autor classifica como notícia a narração dos últimos acontecimentos ou dos fatos que provavelmente acontecerão e que, segundo os jornalistas, é um fato relevante jornalisticamente, ou seja, é de interesse da sociedade – podemos compreender a cobertura do portal Estadão no caso de Cesare Battisti.

No caso da cobertura que motivou esta pesquisa, um dos fatores determinantes foi a decisão tomada pelo então Ministro da Justiça, Tarso Genro, que concedeu o status de refugiado político a Cesare Battisti em 13 de janeiro de 2009, sendo este o fato que pautou os principais veículos de jornalismo em todo Brasil.

O Estadão fez uma cobertura intensa sobre o caso. No período entre 13 e 29 de janeiro de 2009, ou seja, em 15 dias, foram 53 matérias publicadas acerca de Battisti. Antes da decisão de Tarso Genro, a última notícia publicada havia sido em 2008, em uma matéria sobre a agenda do Supremo Tribunal Federal (STF) para 2009, citando os casos que deveriam ser analisados naquele ano. Nesta notícia, Battisti é listado e, brevemente, apresentado. Dessa forma, podemos afirmar que a decisão de Genro e a repercussão do feito na Itália, contribuíram para o grande volume de notícias veiculadas sobre Battisti.

Apenas pelo Estadão, entre 13 de janeiro e 23 de janeiro de 2009, ou seja, num período de dez dias, foram publicadas 24 notícias sobre o caso Battisti. Foi deste universo que se selecionaram as notícias analisadas nesta pesquisa. A escolha por colher a amostra para análise do portal da internet se deu, porque o acesso é mais fácil do que o

das notícias impressas. Além do que é no webjornalismo que se encontram as possibilidades de alimentação constante do fluxo de produção jornalística e de atualizações instantâneas, o que possibilita uma cobertura mais ágil e mais contextualizada, devido às ferramentas disponibilizadas na web. Além disso, o Estadão foi uma das principais fontes para os jornais italianos na cobertura deste caso.

Das 24 notícias, todas pertencentes à editoria “Nacional”, uma foi publicada no dia 14/01; nove no dia 15/01; três no dia 16/01; duas no dia 17/01; nenhuma no dia 18/01; duas no dia 19/01; três no dia 20/01; duas no dia 21/01; uma no dia 22/01; uma no dia 23/01 e nenhuma no dia 24/01. Deste o universo, foram selecionadas onze notícias, nas quais se pode notar um conteúdo mais interessante para a Análise do Discurso, aqui, proposta.

As onze notícias escolhidas se dispõem quanto ao tempo da seguinte maneira: uma é do dia 14/01, sete do dia 15/01, uma do dia 16/01, uma do dia 20/01 e uma do dia 23/01. Procura-se dessa forma, observar como o discurso é construído inicialmente e como ele evolui ao longo dos dias. É, principalmente, nessas notícias que se pode perceber a construção do discurso do jornal acerca de Cesare Battisti, utilizando palavras que se repetem, como “extremista de esquerda”, recuperando signos bastante fortes na nossa sociedade, como o terrorismo, o crime e a impunidade. Demonstrando, portanto, a discordância do veículo para com a decisão tomada por Tarso Genro e da pressão política construída, a partir dos discursos das notícias veiculadas.

“Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no interdiscurso.” (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2008, p. 286). Ou seja, todo discurso faz referência a discursos anteriores e as notícias fazem alusão a signos estabelecidos na sociedade que remetem e transmitem significados novos ao discurso.

As notícias em análise dividem-se, ainda, quanto à sua produção: uma é feita pelo jornal O Estado de São Paulo, e é assinado pelo jornalista Vannildo Mendes, oito notícias foram produzidas pela Agência Estado, três trazem a assinatura de dois jornalistas da Agência Estado (uma é assinada por Rosana de Cássia e duas por João Domingos), uma é da BBC Brasil e outra vem da Agência Brasil.

Lembrando que a Agência Estado, assim como o jornal O Estado de São Paulo, fazem parte do portal Estadão desde o ano 2000. Além disso, tanto a agência quanto o impresso são propriedades do mesmo grupo empresarial, o OESP, ou seja, seguem o mesmo direcionamento editorial. Embora os objetivos iniciais dos veículos de comunicação sejam diferentes, como uma agência de notícias, um jornal impresso e um portal da internet, um veículo de comunicação apenas publica aquilo que vai de acordo com sua linha editorial, uma vez que ao publicar um texto, este passa a incorporar seu próprio discurso. Então, quanto à linha editorial, mesmo que os textos tenham origens diversas, todas as posições e valores disseminados são incorporados pelo Estadão.

Quanto às fontes utilizadas nas matérias, são: Governo Italiano, Tarso Genro (então ministro da Justiça), Antônio Fernandes de Souza (procurador geral da República), Diário Oficial da União, advogados do acusado Cesare Battisti (Luiz Eduardo Greenhalgh, Suzana Figueiredo e Fábio Antinoro), o próprio Cesare Battisti (que deu declarações, através de seus advogados), Celso Amorim (então ministro das Relações Exteriores), Gianfranco Fini (Presidente da Câmara dos Deputados da Itália), Arlindo Chinaglia (Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil) e a Revista britânica “Economist”. Das fontes, seis (Governo Italiano, Antônio Fernandes de Souza, Celso Amorim, Gianfranco Fini, Arlindo Chinaglia e a revista “Economist”) expressam opiniões contrárias à concessão do asilo e três (Tarso Genro, os advogados de Battisti e o próprio Cesare) são a favor do asilo.

É importante ressaltar, também, o caráter oficial das fontes utilizadas. São pessoas/órgãos dotados de autoridade, ou com conhecimento técnico para darem pareceres sobre o caso. Ou estão diretamente ligadas à questão, como os governos italiano e brasileiro e o próprio Cesare Battisti.

As notícias analisadas foram colhidas na internet, no portal Estadão, ou seja, são escritas no formato próprio da web, onde os textos são mais curtos e possuem hipertextos em seu corpo. A hipertextualização permite que uma notícia tenha ligação com todas as outras que estão direta ou indiretamente ligadas a ela. Para Mielniczuk (2004), a hipertextualização é a mais importante característica do webjornalismo, uma vez que ela é o fator que estrutura as publicações jornalísticas na web. Funciona como um dispositivo de organização das informações. Dessa forma, abre uma possibilidade

praticamente infinita de consulta de arquivos e de contextualização da informação, tudo isso ao alcance de um clique, incentivando a memória jornalística.

As notícias escolhidas são, em maioria, curtas, no formato de webjornalismo, que pede um texto dinâmico e rápido. Apenas uma notícia é mais extensa, a que trata do artigo da revista britânica Economist, que demonstra um posicionamento bastante enfático contra a concessão do asilo.

Antes de se passar para análise propriamente dita, apresenta-se o resumo das notícias escolhidas.

- 1) “Governo italiano apela a Lula para rever refúgio dado a escritor”, publicada em 14/01/09: governo italiano se diz “surpreso e desapontado” com a decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder asilo político ao italiano Cesare Battisti, condenado por terrorismo durante os anos de chumbo na Itália.
- 2) “Refúgio a Battisti abre crise ente Brasil e Itália”, publicada em 15/01/09: devido ao asilo concedido a Battisti, abre-se crise diplomática entre Brasil e Itália. Governo italiano afirma que apelará diretamente ao presidente Lula, embora, segundo o Estadão, o Palácio do Planalto não deve desautorizar Genro.
- 3) “Procurador-geral recomendou a extradição de Battisti”, publicada em 15/01/09: o procurador-geral da república, Antônio Fernandes de Sousa, enviou ao STF, em março de 2008, um parecer favorável à extradição de Battisti. Segundo o procurador, os crimes pelos quais Cesare Battisti foi condenado não podem ser considerados políticos, mas sim, crimes comuns.
- 4) “Com refúgio, STF deve arquivar extradição de Battisti”, publicada em 15/01/09: de acordo com a lei brasileira, o STF deve arquivar o processo de extradição de Cesare Battisti, tendo em vista que ele recebeu asilo político. A matéria cita outro caso em que o Brasil concedeu asilo ao padre Oliverio Medina, acusado de homicídio e de controlar as FARC na Colômbia.
- 5) “Publicação no D.O. permite que Battisti seja solto hoje”, publicada em 15/01/09: Cesare deveria deixar a prisão nesse dia, uma vez que a concessão de asilo foi publicada no Diário Oficial da União. Os advogados comemoraram a publicação.

- 6) “Refúgio a Battisti não tem motivação política, diz Genro”, publicada em 15/01/09: segundo Tarso Genro, a concessão do asilo não tem caráter político, inclusive desafia qualquer um a achar um erro na concessão. O ministro explica suas razões para a concessão e diz que, em sua opinião, Cesare foi condenado sem direito à plena defesa.
- 7) “Battisti é autor de romances policiais na França”, publicada em 15/01/09: Battisti se dedicou à literatura durante o tempo em que morou na França. Segundo a crítica internacional, o italiano dava tom confessional aos seus romances.
- 8) “Amorim se irrita com concessão de refúgio a Battisti”, publicada em 15/01/09: o ministro das relações exteriores, Celso Amorim, diz-se “irritado” com a concessão de asilo a Battisti. O ministro não concorda com a concessão, mas disse ter que respeitar a decisão de Genro.
- 9) “Battisti diz que recebeu com ‘alívio’ a decisão de Genro”, publicada em 16/01/09: o italiano Cesare Battisti, de acordo com seus advogados, recebeu a notícia do asilo com alívio. Cesare afirma que tem a intenção de morar no Brasil permanentemente, afinal construiu sólidas relações de amizade desde que chegou aqui, em 2004.
- 10) “Câmara da Itália apela a Chinaglia no caso Battisti”, publicada em 20/01/09: o presidente da Câmara dos Deputados da Itália, Gianfranco Fini, enviou uma carta ao presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Arlindo Chinaglia, para que o Brasil reveja a decisão do asilo. Entretanto, Chinaglia disse que essa é uma decisão do Executivo, não do Legislativo.
- 11) “Brasil é complacente com assassino, diz ‘Economist’”, publicada em 23/01/09: a revista britânica Economist publicou artigo sobre a concessão do refúgio a Battisti, declarando que o Brasil tomou essa atitude sem razão aparente, uma vez que considera os crimes de Battisti comuns e não políticos. A revista classifica o asilo como uma “loucura”.

O Estadão, como citado anteriormente, foi a principal fonte para os jornais italianos mais importantes durante o período, como o “Corriere della Sera” e o “La Repubblica”. A partir disso, torna-se relevante a análise do discurso contido nas notícias, dada a importância política do caso.

3.3. A análise das notícias

Primeiramente, devemos pensar que o jornalismo funciona como uma extensão da função da linguagem de organizar o espaço social. Como foi discutido no capítulo um, o jornalismo, originalmente, busca reproduzir a realidade dos fatos mais relevantes para uma sociedade. Para que essa seleção seja feita, existem os critérios de noticiabilidade, que norteiam a decisão do jornalista e da empresa jornalística do que vai ou não virar notícia.

Nesse processo seletivo, o jornalismo acaba por pautar a sociedade, determinando o que é e o que não é importante, já que a sociedade, de uma maneira geral, enxerga as realidades, através do jornalismo. Portanto, o discurso utilizado por um meio jornalístico de grande alcance como é o Estadão (mais de um milhão de acessos por mês, segundo dados de 2003, fornecidos pelo Estadão), pode vir a determinar a visão de uma sociedade acerca de um caso.

Ao analisar o discurso contido em uma notícia, compreende-se que imagens – como fotos, infográficos, ilustrações, dentre outros elementos visuais – também trazem significados ao corpo do texto. Porém, esta pesquisa propõe-se a analisar apenas o aspecto escrito do texto noticioso. Relembra-se que a análise do caso será feita com base em alguns dos pressupostos da Análise do Discurso.

Notícia 1: "Governo italiano apela a Lula para rever refúgio dado a escritor" (por Agência Brasil, Estadão - Nacional - 14/01/2009, 14h27)

Primeira notícia veiculada e já dá mostra de que o discurso construído pelo Estadão é de contraposição à decisão do refúgio político. Pode-se notar que desde a primeira notícia publicada após a concessão do refúgio, o texto é atravessado pelo interdiscurso. Nesta primeira notícia, percebe-se a presença de duas vozes (locutor primeiro: o Estadão e o segundo locutor: Governo italiano). Apesar de a atitude do Governo italiano ser reação a uma decisão do então Ministro da Justiça, Tarso Genro, este não tem voz na notícia, exceto quando se explica rapidamente o entendimento que ele teve para tomar a decisão favorável a Cesare Battisti; mas não há nenhum comentário dele (ou do Governo brasileiro, ou de Lula, citado diretamente na notícia) sobre o apelo feito pelo Governo da Itália.

O título – recurso jornalístico que chama a atenção para a notícia – coloca em xeque a concessão do refúgio; afinal, o que precisa de revisão é porque não está de todo certo. Observando o título, nota-se a relação direta com o governo brasileiro, mas personificando na figura do presidente (Lula), enquanto que ao se referir ao governo italiano, não se apresentam representantes e o termo governo italiano vai se ligar ao governo de toda uma nação. Por conseguinte, lembrando a *lei litotes* (MAINGUENEAU E CHARAUDAU, 2008), a um apelo de toda a nação.

O título desemboca em uma pressão política direcionada ao Lula, jogando para ele a responsabilidade pela decisão de aceitar ou não o apelo do governo italiano, contrapondo-se ao seu ministro da Justiça, Tarson Genro. Chama atenção, ainda, que Cesare Battisti é tratado como o escritor – algo, possivelmente, para atrair a curiosidade dos leitores ou ainda por ser brando o início da pressão exercida pelo portal.

Interessante observar que esta foi a única vez que Battisti ganhou um adjetivo positivo no título das notícias: em todas as outras notícias, aqui analisadas, ele é chamado apenas por seu próprio nome. Ao longo da cobertura, vai se criando uma ideia de que a questão é de ordem pessoal; que envolve dois lados “o bem e o mal”. De um lado: um criminoso italiano e seus amigos advogados que o defendem; o amigo dos advogados e então ministro Tarso Genro; e o amigo de partido político de Genro, o presidente Lula. Do outro lado: o governo italiano; sem nomes, sem rostos, sem políticos representantes; o que deixa apenas uma representação que relaciona o governo italiano a toda uma nação (a Itália) e um veículo jornalístico da Inglaterra, invocando a ideia de que é consenso mundial a luta pelo terrorismo e, conseqüentemente, a discordância sobre se dar refúgio a Battisti.

Logo no lead (parte principal da notícia), o escritor italiano é inicialmente apresentado ao leitor, através da fala entre aspas do governo italiano, que caracteriza Battisti como: “um terrorista responsável por crimes extremamente graves e que não tem nenhuma semelhança com um refugiado político.”. Recuperam-se, aqui, todos os discursos anteriores sobre o terrorismo, assunto que tem grande visibilidade na sociedade contemporânea, principalmente, após os atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque⁹. Ao classificá-lo como terrorista, remete-se imediatamente à

⁹ 11 de setembro de 2001: Esse dia foi marcado pelos atentados terroristas suicidas coordenados pela organização terrorista AL-Qaeda, contra os EUA. Dezenove terrorista da Al-Qaeda seqüestraram

violência, à criminalidade e à crueldade etc. Além disso, quem o classifica como terrorista é ninguém menos do que o Governo italiano, ou seja, uma fonte tida por oficial cujo crédito parece incontestável, como são os créditos dos quais os governos gozam.

Ao apresentar assim Battisti, pode-se perceber que se caracteriza aqui, segundo os padrões de manipulação de Abramo (2003), um exemplo de manipulação por indução. Para reforçar esse padrão, a notícia ressalta, através da fala do governo italiano que a atitude brasileira está em desacordo com o padrão de ação dos países que têm interesse em combater o terrorismo.

[...] “Isso é o mais importante num momento no qual os países do G8 e todos aqueles que, como o Brasil, estão colaborando intensamente com eles, estão sendo chamados a confirmar o seu comprometimento solene em promover medidas crescentes e efetivas no combate ao terrorismo internacional”, conclui a nota. (trecho da notícia).

Dessa maneira, pressiona-se o Brasil, tanto politicamente quanto economicamente, já que o G8 é um grupo formado pelos sete países mais ricos do mundo e a Rússia. Além disso, levanta-se um questionamento acerca da motivação brasileira para dar asilo a um terrorista, enquanto no plano mundial, vive-se um momento de luta árdua contra esse tipo de crime. Assim, o leitor é induzido a ter um ponto de vista contrário à concessão do asilo, aludindo a uma intertextualidade implícita, afinal, conceder abrigo a criminoso, além de ser condenável moralmente, também é considerado crime.

Tanto no título como no subtítulo e corpo da notícia a utilização de expressões com forte apelo emocional – “apela”; “desapontado”; “surpreso e desapontado”; “apelo”; “satisfação” – desloca a discussão do seu campo de origem que é o campo legal e de seu campo transversal que é o político, (por conta de se tratar de uma decisão que envolve aspectos de direito internacional e da diplomacia) para um debate que envolve elementos subjetivos, ligados aos aspectos emocionais. A questão não é mais jurídica, nem política, mas moral. O uso de palavras com essa conotação forja uma situação que deve ser definida apenas por Lula (já que o apelo foi para ele); o qual deve

quatro aviões comerciais, que foram jogados contra o World Trade Center, a Casa Branca e um campo na Pensilvânia, matando ao todo 2996 pessoas.

se basear em seu bom senso ou na nobreza de seus sentimentos para condenar o terrorismo; afastando-se, portanto, da observância das leis.

Atenção, ainda, ao trecho: “A Itália também mostrou **satisfação** com a decisão de novembro do Comitê Nacional para Refugiados (Conare), órgão ligado ao Ministério da Justiça, de **negar** o pedido de refúgio do escritor de 52 anos, Cesare Battisti.” [grifo nosso]. Onde fica explícito a relação da Itália como uma nação, um povo e da construção de um discurso baseado nas relações emocionais. Satisfação aí se contrapõe ao "surpreso e desapontado" usado no início da matéria para definir o sentimento do governo italiano com relação às decisões brasileiras, tanto a do Conare (que trouxe satisfação) como a de Genro (que causou surpresa e desapontamento).

Mais a seguir na notícia, pode-se identificar outro tipo de manipulação: por ocultação. Na notícia em que o assunto é introduzido à sociedade, não há explicações sobre o que a lei brasileira determina no caso de Battisti, nem links que trariam as informações em outra página e contextualizariam o caso. Há apenas um breve resumo, relatando que o italiano foi condenado à prisão perpétua na Itália por quatro homicídios entre 1977 e 1979 e que Tarso Genro concedeu o asilo, pois o italiano alega temor de perseguição política.

Sem a contextualização histórica do momento em que os crimes ocorreram, toma-se Battisti por um assassino comum, que não merece refúgio político de maneira alguma. Além disso, sem o aprofundamento da situação jurídica de Battisti, a notícia não oferece informações suficientes para que o leitor estabeleça sua opinião baseada na lei brasileira. A ocultação de informações imprescindíveis leva a uma compreensão diferente da realidade. Dessa forma, atesta-se a necessidade do contexto histórico para a compreensão do discurso.

A publicização das informações de forma fragmentada vai acontecer durante toda a cobertura, mesmo havendo a possibilidade técnica de se ligar as notícias antes publicadas, através de links. Afinal, internet é um suporte onde a hipertextualidade aparece como uma forte característica.

Notícia 2: “Refúgio a Battisti abre crise entre Brasil e Itália” (por Agência Estado, Estadão - Nacional - 15/01/2009, 8h03)

A segunda notícia traz como título uma afirmação contundente. O uso das assertivas em terceira pessoa padroniza textos e apaga a figura do jornalista da cena da enunciação, dando um tom de verdade.

É desse apagamento que depende a colocação da objetividade que, de outro modo, estaria em visível comprometimento. Os discursos assertivos/constatativos, que colocam o dizer como informação incontestável, são justamente aqueles que pretendem não deixar margem a contrapontos ou mesmo um diálogo, sendo disciplinares por excelência como efeito de sua forma de construção. (GOMES, 2003, p. 90).

O sujeito do discurso é um elemento repleto de significado dentro da construção do enunciado, seja ele o jornalista ou a empresa jornalística por trás dele. É de fundamental importância que o enunciatador seja considerado na elaboração do significado, uma vez que, segundo Carneiro (2008), o sujeito do discurso é um dos efeitos do sentido, ou seja, não pode ser ignorado, pois confere significado ao discurso. Além disso, é por essa via que a subjetividade, impossível de ser eliminada, manifesta-se. Então, não levar em consideração quem está atestando que existe uma crise diplomática entre Brasil e Itália compromete a construção do significado. Na notícia, além do locutor inicial (o Estadão), há o Governo italiano, através do Ministério de Assuntos Estrangeiros da Itália e Tarso Genro, mais uma vez sem responder às reações do Estado italiano e cujas opiniões são apresentadas pela voz do Estadão.

Ainda seguindo o mesmo discurso da notícia 1, a repetição da informação de que o governo italiano recebeu a notícia com “surpresa e pesar” reforça a argumentação de cunho emocional utilizada pelo portal. A decisão de rever a concessão como uma decisão moral e não judicial é corroborada. Novamente, a pressão política é direcionada ao presidente Lula, já que é ressaltada a condenação da concessão do asilo a Battisti na nota do governo italiano, chegando a expressar tamanha insatisfação que dispara uma “ameaça velada” à participação do Brasil na reunião da cúpula do G8.

Dessa forma, transforma a questão pessoal do asilo de um cidadão italiano no Brasil, numa crise diplomática entre as duas nações, onde a Itália utiliza-se de seu prestígio econômico para obter vantagens no processo. É importante observar que o texto atesta que a decisão teve o apoio do “Palácio do Planalto” (ou seja, de Lula), já que o presidente deu “sinal verde” para a decisão do então ministro. Dessa maneira, vê-se que mesmo que a Itália surpresa e pesarosa apele diretamente a Lula, não há muito a ser feito; a decisão já foi tomada com a benção do Palácio do Planalto.

Neste texto, as fontes são o governo italiano e Tarso Genro. Muitas informações não são referendadas; o portal apenas afirma, sem fornecer a fonte, como quando afirma que o Palácio do Planalto não desautorizará Genro. O uso das assertivas é recorrente durante todo o texto, dessa forma, o portal oferece informações em tom de imposição, uma vez que ninguém envolvido no caso fez aquela declaração; é a manifestação da opinião do jornal, de forma mascarada.

A partir desta notícia, Cesare Battisti começa a ser classificado não só mais como terrorista, mas também como “extremista de esquerda”, numa tentativa clara de vincular a sua imagem ao negativismo atrelado à palavra “extremista”, ou seja, ações intransigentes ou antidemocráticas. Isso ainda respingaria em Lula e Genro (apoiadores de Battisti) por serem filiados do Partido dos Trabalhadores (PT), partido político historicamente vinculado à esquerda.

O padrão de manipulação por ocultação está presente, ainda que seja apresentada uma breve contextualização do caso de Battisti. Entretanto, não é citado o contexto histórico italiano, a cena dos crimes supostamente cometidos por Battisti; nem mesmo através de links, que poderiam vir a contextualizar tal fato. O portal ainda não fornece informações suficientes para que o leitor construa seu ponto de vista. Pode-se inferir que se encontra presente também o padrão de fragmentação, onde o fato é fragmentado e apresentado ao público como partes independentes na realidade. O que o portal apresenta são as razões que Genro utilizou para a concessão do refúgio e ainda com certo tom de dúvida, de questionamento.

Na avaliação de Genro, o italiano, que nega o envolvimento em assassinatos, **pode não ter tido** o direito a ampla defesa, já que foi condenado à revelia – sem estar presente ao julgamento – depois que seu ex-companheiro Pietro Mutti, beneficiado pelo sistema de delação premiada, o acusou de ter cometido os quatro crimes. Segundo Genro, também há **indícios** de que o advogado que defendeu Battisti na Itália tenha se utilizado de uma procuração falsificada. (trecho da matéria) [grifo nosso].

“Pode não ter tido” ao invés de “não teve”, que representaria melhor a opinião de Genro, deixa um tom de incerteza. Da mesma forma com o “há indícios”, ou seja, há suspeitas e não provas, ou certezas. Portanto, Genro pode ter tomado uma decisão equivocada, causada por uma interpretação errada da questão.

Notícia 3: “Procurador-geral recomendou extradição de Battisti” (por Agência Estado, Estadão - Nacional - 15/01/2009, 8h34)

O título da notícia mais uma vez recorre ao interdiscurso presente no fato de uma autoridade jurídica, ou seja, alguém com respaldo intelectual para tratar do assunto, é contra a concessão do asilo. Por sinal, o único locutor, além do Estadão. Até então, o procurador-geral, o Conare e o governo da Itália, ou seja, um número considerável de autoridades oficiais, defendem que Battisti não tem direito a asilo. Mais uma vez, o oficialismo das fontes manipula o leitor por indução para uma interpretação bem específica dos fatos e põe a decisão de Genro em xeque.

Mais uma vez, o portal utiliza-se das relações emocionais para construir uma imagem negativizada de Battisti, já que no lead da notícia, o procurador-geral Antônio Fernando de Souza declara que os crimes do italiano revelam “certa frieza e desprezo pela vida humana.”. Sendo a fonte um procurador-geral, figura com ampla autoridade e saber jurídico, pensa-se que o enfoque principal do texto deveria ser sua argumentação no campo jurídico. Além disso, o portal utiliza-se da fala do procurador para dizer que os crimes de Battisti “ceifaram a vida de civis e autoridades que se encontravam indefesos”. Estabelece-se aqui a imagem que o portal induz aos seus leitores: um terrorista de extrema esquerda, que praticou atos de crueldade contra indefesos e que tem desprezo pela vida humana.

No fim do texto, o portal fragmenta a informação sobre o que seria um crime político. Ainda que a definição de crime político possa ser um conceito complexo, a fala do procurador-geral dizendo que os crimes de Battisti “não tiveram como pano de fundo, por exemplo, uma manifestação ou rebelião”, por isso não podem ser considerados crimes políticos, apresenta apenas uma possibilidade onde um crime político pode ser cometido. Em nenhum momento até o presente momento, o portal esclarece sobre a legislação brasileira na concepção do que pode vir a ser classificado como crime político. Ao apresentar uma fonte com notável saber jurídico, apresentando esse contexto como o único possível no qual se pode cometer um crime político, toma-se isso como verdade.

Notícia 4: “Com refúgio, STF deve arquivar extradição de Battisti” (por Agência Estado, Estadão - Nacional - 15/01/2009, 8h54)

Pela primeira vez, o portal fornece informações acerca do que a legislação brasileira determina no caso Battisti. Explica-se que, devido à concessão do status de

refugiado político, o processo de extradição não deve prosseguir. Ou seja, o STF não deverá analisar os fatos para recomendar ou não a extradição. E quase no final da notícia, fornece-se a informação de que a legislação brasileira determina que o STF não deve recomendar a extradição se o crime imputado ao réu for considerado político. Até esse ponto, não há contextualização da lei brasileira, que poderia ser feita, inclusive, através de links, mas é interessante observar que o jornal manipula o leitor por ocultação de informação.

O portal – único locutor nesta notícia – também se refere ao fato de que havia “expectativa” de que os advogados de Battisti conseguissem provar que o pedido de extradição era de cunho político. Porém, se a expectativa era essa, de que Battisti conseguisse ficar no Brasil legalmente, questiona-se o porquê de tanto espaço dado ao caso, se o que aconteceu já era esperado?

Aqui se apresenta outra situação em que os interdiscursos são retomados: o texto resgata outro caso em que o Brasil concedeu o asilo político. O caso do padre Oliverio Medina, colombiano, acusado de homicídio e de comandar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC. Aqui, ao comparar Battisti com um integrante das FARC, a intenção é deliberadamente denegrir a imagem de Battisti, uma vez que as FARC são consideradas uma organização guerrilheira comunista (ou seja, de esquerda), que se utiliza de táticas terroristas, bastante violentas, para cumprir seus objetivos. Mais uma vez, a imagem de Battisti como terrorista é reforçada.

Notícia 5: “Publicação no D.O. permite que Battisti seja solto hoje” (por Rosana de Castro, Agência Estado, Estadão - Nacional - 15/01/2009, 8h55)

Esta matéria utiliza o D.O.U. (Diário Oficial da União) como locutor da notícia, reforçando o caráter oficial das fontes utilizadas pelo portal ao longo da cobertura do caso. Entretanto, a fonte aqui não é a favor nem contra o asilo político concedido a Battisti, ela oficializa apenas a decisão de Genro.

Aqui, é importante observar: enquanto Battisti é condenado à prisão perpétua com privação de luz solar na Itália como autor ou co-autor de homicídios, no Brasil, ele será solto, graças à publicação, no D.O.U. , do asilo concedido por Genro. O contraponto de status de Battisti nos dois países ressalta a máxima da impunidade que pode ser vivida no Brasil, com consentimento das autoridades inclusive. O portal coloca aqui, de forma

subentendida, o questionamento do porquê de a Itália punir tão ferozmente Battisti e o Brasil lhe presentear com a liberdade.

Nesta notícia, pela primeira vez, revelam-se quem são os advogados que defendem Battisti. O portal julgou bastante relevante apresentar apenas um dos três advogados, justamente o “petista” Luis Eduardo Greenhalgh. Dessa forma, o portal reforça a ideia de que o asilo foi concedido devido a influências partidárias e não com base na lei, induzindo o leitor a crer que a decisão de Genro, com apoio do presidente Lula, faz parte de um jogo ideológico-partidário, além de diminuir as capacidades de Greenhalgh como advogado. O tom de conluio aumenta mais ainda quando o Estadão anuncia que os advogados “comemoram” a decisão de Genro.

Os advogados de Battisti (sendo o segundo locutor, enquanto o primeiro é o Estadão) declaram que a motivação do pedido de extradição é unicamente política, negam que o seu cliente tenha cometido os quatro assassinatos e que o tribunal que o condenou era “viciado”. Então, a manipulação por ocultação prossegue, visto que até a presente matéria, não há informações sobre o contexto histórico italiano no qual ocorreram tais crimes, comprometendo o julgamento do leitor.

Notícia 6: “Refúgio a Battisti não tem motivação política, diz Genro” (por Agência Estado, Estadão - Nacional - 15/01/2009, 9h25)

Ao dar os créditos da informação logo no título, remete-se à possível parcialidade de sua declaração, já que essa declaração é acerca de sua própria decisão. Aqui se estabelece o caráter político que o portal dá ao caso. O objetivo dessa atribuição é contribuir para a desvalorização e descrédito das competências jurídicas de Genro. Além disso, na notícia anterior, faz-se a ligação política entre ele e o advogado de Battisti, desacreditando a relação jurídica entre os dois. A construção da imagem de que a concessão do asilo político foi uma decisão política e não judicial é reforçada no lead da notícia, quando se ressalta que o asilo político teve apoio dos militantes de esquerda e dos intelectuais, formando um “grupo” de apoio ao asilo de Battisti.

Aqui, novamente, o portal se refere a Battisti utilizando a expressão “extremista”, retomando o discurso a que essa palavra remete – à intolerância e a atos antidemocráticos. Além disso, existem dois locutores na notícia inteira: além da fala do

próprio portal, a da entrevista de Genro, na tentativa de explicar sua decisão à imprensa e à sociedade.

O portal ressalta também que Genro “admite” que recebeu Greenhalgh antes de sua decisão. Mesmo que na frase seguinte, o então ministro relate que também recebeu visita do embaixador italiano, o uso da palavra “admite” dá um tom confessional, como se tratasse de algo feito escondido, mas com o desenvolver dos acontecimentos, ele teve que admitir o que fez.

Nesta matéria, o portal enfoca mais uma vez a militância de esquerda de Genro, quando ressalta que o ministro declarou que sua própria militância de esquerda não havia influenciado na decisão. Reforça-se aqui que o fator decisório na concessão do asilo foi a influência política e não a avaliação a partir da legislação. Genro declara que contrariou sua tradição política, pois não concorda com atos políticos violentos.

Nesta notícia é a única vez, em um recorte de onze matérias, que as razões de Tarso Genro são divulgadas ao público. Por outro lado, ainda não surge nenhuma consideração do então ministro sobre a reação do governo italiano.

Para ele, o extremista foi condenado à prisão perpétua sem que pudesse se defender propriamente. Ele nega participação nos quatro assassinatos de que é acusado. “A procuração do advogado que o representou na Itália foi falsificada, segundo indica uma perícia. E seu único acusador, um ex-companheiro, fez acordo com a Justiça e mudou de identidade. Ou seja, desapareceu”, afirmou. Ao embasar sua decisão, Genro citou ainda o fato de o italiano ter sido reconhecido como refugiado por 11 anos na França, quando o país era presidido por François Mitterrand. (trecho da matéria).

Ainda assim, a manipulação por ocultação permanece, uma vez que até o presente momento não há contextualização do leitor sobre o momento histórico italiano que foi cenário para os crimes imputados a Battisti.

Notícia 7: “Battisti é autor de romances policiais na França” (por Agência Estado, Estadão - Nacional - 15/01/2009, 9h31)

No meio de várias notícias que tratam da concessão do refúgio ao italiano, esta notícia foge ao padrão: ela trata de um hobby de Battisti. No título da notícia 1, refere-se a ele como “escritor”, aqui, discorre-se sobre suas obras literárias. Durante o tempo em que viveu na França, como refugiado, Battisti se dedicou à literatura, “e chegou a se tornar autor de romances policiais.”. Segundo a crítica internacional, o italiano dá tom

confessional aos romances e cita a luta armada. Ora, se Battisti é condenado por crimes em seu país e dá tom confessional à sua literatura, a declaração equivale a uma confissão de culpa.

A única fonte citada é a “crítica internacional”, uma referência bastante vaga, que diz que Battisti “abusa” do tom confessional em seus livros. O restante das informações acerca das obras literárias de Battisti é feita em tom de assertividade, opiniões do jornal tomadas como a realidade dos fatos.

O portal compara o escritor a “Robin Hood”, famoso personagem mítico inglês que roubava dos ricos para dar aos pobres. No caso de Battisti, o portal retrata o italiano como aquele que roubava dos ricos “malvados” representantes do capitalismo moderno para dar aos pobres. A comparação entre Battisti e Hood reforça, ainda mais, a imagem do italiano como fora-da-lei, que usa táticas criminosas para fins de justiça social.

Corroborando a sua identificação partidária com os movimentos políticos de esquerda, o portal ressalta que Battisti, durante o período no qual viveu na França como refugiado político, aproximou-se da esquerda, fazendo vários amigos nesse meio, que o incentivaram à literatura. Dessa forma, o portal ressalta o valor de suas amizades e a ligação de seus amigos com a esquerda. O portal induz o leitor à interpretação de que a permanência de Battisti na França deu-se graças às amizades e não à permissão legal.

Neste texto, novamente, Battisti é caracterizado como “acusado de terrorismo” e “ex-integrante da organização de esquerda”, atrelando à imagem do italiano toda a negatividade que esses termos possuem.

Notícia 8: “Amorim se irrita com concessão de refúgio a Battisti” (por João Domingos, Agência Estado, Estadão - Nacional - 15/01/2009, 18h47)

O título e o lead da notícia trazem uma figura de extrema importância na crise diplomática – o ministro das Relações Exteriores – que é abertamente contra a concessão do asilo. Outra vez, o portal dá enfoque à argumentação no campo do emocional, ao invés do campo legal. Uma autoridade, com notável conhecimento diplomático, expressa sua opinião através de manifestações emocionais (“muito irritado”) acerca da concessão do refúgio, e não baseada nas leis. Mais uma vez, Battisti é “extremista de esquerda”.

O portal ressalta, mais uma vez que a decisão de Genro foi de encontro com a decisão do Conare, onde o Ministério das Relações Exteriores votou contra o asilo. Aumenta-se aqui o número de autoridades brasileiras que defendem a extradição, isolando cada vez mais Genro e seu “grupo” de aliados políticos e amigos.

O portal salienta toda a irritação de Amorim, quando diz que: “Amorim afirmou, porém, que Genro agiu de acordo com a lei e que respeita essa decisão”. Se Genro agiu dentro da lei, Amorim está irritado não só com o então ministro da Justiça, mas com a lei brasileira referente ao asilo.

Entretanto, no mesmo parágrafo, o portal aponta que Amorim classifica a atitude de Genro como “parajudicial”, que quer dizer que a decisão é isenta de sentença judicial. Alimenta-se aqui o discurso para desacreditar a concessão de refúgio, caracterizando-a como uma decisão tomada fora do âmbito da Justiça.

Notícia 9: “Battisti diz que recebeu com alívio decisão de Genro” (por Vannildo Mendes, O Estado de São Paulo , Estadão - Nacional - 16/01/2009, 8h45)

Essa é a primeira matéria desde o início da cobertura em que Cesare Battisti é uma das fontes. Ainda que seja ouvido via seus advogados, chega aos leitores a voz do réu, a fonte que representa o outro lado da história, que até então, não tinha sido divulgado pelo portal. Ele se declara “aliviado” e se compromete a ser um refugiado “exemplar”.

O portal faz uma lista das atividades as quais Battisti terá de cumprir, como não interferir nos assuntos entre Brasil e Itália, ter emprego lícito, ter residência fixa e ir periodicamente à Polícia Federal para prestação de contas de seu status. Então, resta de consolo para quem não concorda com o asilo político, o fato de que mesmo asilado político, ele viverá sob liberdade vigiada.

É importante observar aqui o realce dado ao fato de que Battisti se mostra desejoso de manter residência no Brasil para o resto da vida se for preciso; uma vez que construiu “sólidas amizades” desde que chegou ao país. Implicitamente, o portal induz o leitor a ver Genro e Greenhalgh como esses amigos, já que eles além de facilitarem sua estadia no Brasil, seguem a mesma diretriz partidária.

Nesta matéria, pela primeira vez, Battisti é caracterizado não apenas como um terrorista, extremista de esquerda – vemos a fragilidade do jovem senhor de então 54

anos, preso há dois anos, que sofre de hepatite B e está vários quilos mais magro. Essa é a única vez em que o portal retrata o italiano com certo tom de fragilidade, talvez, porque a pressão para construção da imagem do terrorista tenha diminuído, uma vez que, não haviam sido descobertas saídas legais para refutar o refúgio.

Notícia 10: “Câmara da Itália apela a Chignalia no caso Battisti” (por João Domingos, Agência Estado, Estadão - Nacional - 20/01/2009, 19h03)

Anteriormente, como se pode observar na notícia 1, o apelo para que a condição de refugiado político fosse revista era da Itália como uma nação (não havia nomes nem rostos nesse pedido) diretamente ao presidente Lula. Nesta matéria, entretanto, o apelo passa a ser institucional, vindo de uma Câmara dos Deputados à outra. O presidente da Câmara italiana apela ao presidente da Câmara brasileira, direcionando a pressão para que haja a revisão do caso.

O apelo de Fini – presidente da Câmara italiana – estende-se para além das possibilidades jurídicas; ele apela à “sensibilidade e origem italiana, para expressar-lhe grande surpresa e pesar, sentimentos compartilhados por todas as forças políticas representadas na Câmara dos Deputados...”. O portal dá enfoque ao teor emocional contido no apelo e transforma a questão, novamente, em uma questão moral, que depende unicamente da sensibilidade de Chignalia. Outra vez, faz-se referência à Itália como nação, num apelo à sensibilidade das autoridades brasileiras que têm descendência italiana.

O portal mostra também, no lead da notícia, o desespero das autoridades italianas recorrendo a qualquer tipo de argumentação, já que a Câmara dos Deputados do Brasil não tem poderes para mudar ou pedir revisão da decisão de Genro.

Notícia 11: “Brasil é complacente com assassino, diz ‘Economist’” (por BBC Brasil - Nacional - 23/01/2009, 6h45)

Observando o título, nota-se uma contundente campanha contra o asilo político de Battisti. Ao utilizar o artigo publicado pela revista britânica “Economist”, o portal absorve o seu discurso. Ao dizer que o Brasil é complacente com assassino, além de direcionar uma pressão moral ao Brasil como nação – ou seja, o povo e suas autoridades dão abrigo a um homem que ceifou a vida de inocentes indefesos – o portal ressalta

tanto o signo da impunidade quanto negativiza mais ainda (se é que é possível) a imagem do italiano. O terrorista, extremista de esquerda, frio e com desprezo pela vida humana, tem assassino listado em seus adjetivos.

A palavra assassino tem uma carga bastante significativa e emocional, uma vez que vivemos em uma sociedade violenta, onde crimes acontecem todos os dias. É moralmente condenável ser um assassino. Ao classificá-lo desta forma no título da notícia, o jornal manipula o leitor, que sem compreender o contexto histórico italiano dos anos de chumbo – que o portal não cita em nenhuma das matérias – é levado a crer que o asilo foi concedido a um assassino claramente não merecedor de tal benefício.

O portal ressalta no lead da notícia que, segundo a revista britânica, o asilo foi dado sem motivo convincente, contestando agressivamente a decisão de Genro. Em nenhuma parte do texto, os motivos dados pelo então ministro da Justiça são relembrados, portanto, a assertiva usada para atestar a falta de motivos para o asilo deixa a impressão de que essa é a verdade dos fatos.

Pode-se observar que desde a matéria 1 até a 11 o discurso de maculação da imagem de Battisti permanece o mesmo, tentando cada vez mais criminalizá-lo de todas as formas e desacreditando as autoridades que lhe concederam benefícios. O portal salienta, inclusive, que o título da matéria da “Economist” é “A loucura do asilo”, numa tentativa clara de, mais uma vez, por em xeque as capacidades jurídicas dos que lhes concederam tal benefício.

No corpo do texto, o Brasil é descrito como um refúgio impune, onde o Cristo Redentor com seus braços abertos sobre a Guanabara oferece redenção sem limites. Constrói-se aqui a imagem negativa do Brasil como nação e diante de suas leis criminais, onde a impunidade é um convite aos criminosos e que, o asilo de Battisti, é apenas mais uma confirmação desta tese. O texto inclusive cita casos cinematográficos, onde personagens dos filmes, após cometerem crimes, trocaram prisões britânicas – onde os criminosos são realmente punidos – pela tranquilidade das areias de Copacabana, causando inclusive inveja, ao invés de difamação.

Claude Rains elegantemente se escondeu ali em um dos melhores filmes de Hitchcock (Interlúdio, de 1946). Ronald Biggs, depois de roubar um trem em 1963, trocou uma prisão britânica pela praia de Copacabana – causando mais inveja do que difamação. (trecho da matéria).

Ao contrário de Genro, o portal ressalta que a revista britânica diz que pouca gente na Itália tem dúvidas quanto ao julgamento de Battisti. Ora, se os italianos não têm dúvidas sobre o julgamento e as “únicas pessoas” aqui no Brasil que têm essas dúvidas são os “amigos” de Battisti, a concessão do refúgio é indevida e moralmente condenável.

O portal cita o fato de que a França concedeu refúgio a Battisti por 11 anos; tempo durante o qual o governo francês e o italiano discutiram sobre o assunto, mas ressalta que o governo italiano esperava que o Brasil fosse mais prestativo. Com essa assertiva, o portal cria uma imagem de que o Brasil, anteriormente a esse caso, era uma nação generosa, que era prestativa aos outros países; mas que após o ocorrido, a Itália passará a ver o país não mais como um “parceiro”. Eis mais um exemplo de pressão econômica, uma vez que, quando o refúgio foi dado pela França, não houve esse tipo de contestação; além do que porque esperar que o Brasil seja mais prestativo do que a França? Não são todos países que querem colaborar com o fim do terrorismo?

Corroborando que o Brasil é lugar ideal para refugiar criminosos, o texto ressalta que o presidente Lula recebeu os apelos da Itália com descaso, direcionando a pressão política para o presidente, que além de acolher os criminosos, não dá atenção ao apelo surpresa e pesaroso da Itália. O texto ressalta outros casos em que o Brasil concedeu asilo político e desqualifica a democracia brasileira.

“O ministro da Justiça, Tarso Genro, se referiu à tradição do país de receber exilados políticos, variando de Alfredo Stroessner, um ex-ditador particularmente odioso (do Paraguai), a Olivério Medina, um ex-guerrilheiro (da Colômbia). Agora que a democracia é a norma nas Américas, esta tradição é anacrônica”, diz a revista. (trecho da matéria).

O portal transcreve a assertiva da Economist de que os crimes de Battisti não são políticos e sim crimes comuns, sem qualquer contextualização seja histórica ou legal, que possa nortear o leitor na formação de sua opinião. É interessante observar que a intenção do portal em classificá-lo como terrorista, assassino, frio e cruel é de induzir o leitor de que os crimes imputados a Battisti são de cunho comum e que, sendo assim, ele não tem direito a refúgio, que esse privilégio foi benefício de seus bons amigos de orientação política esquerdista (Lula, Genro e Greenhalgh).

A matéria desqualifica o Brasil mais uma vez quando diz que existem dois sentimentos por trás da concessão: a relutância em examinar o passado da ditadura

militar, ao contrário do que aconteceu em outros países da América latina, e a solidariedade partidária, já que muitos dos petistas foram também, assim como Battisti, militantes de extrema esquerda. Dessa forma, o portal os transforma todos em iguais: Lula, Genro, Greenhalgh e Battisti.

Finalizando esta análise, é ainda importante ressaltar que o suporte da internet cuja tecnologia permite uma cobertura mais apurada, visto que há a possibilidade de relacionar matérias outras e informações adicionais, quase nada contribuiu para isso. Mesmo no dia 15/01/2009, quando se publicou a maioria das notícias aqui analisadas, a rapidez na produção e veiculação das notícias (percebidas a partir dos horários de postagem das mesmas), que transparece uma cobertura ágil, mantiveram a mesma linha de abordagem que tendia a defender uma posição política contrária ao refúgio do italiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendo-se ao recorte metodológico desta pesquisa, pode-se observar que o jornalismo constrói o que a sociedade chama de realidade, que é na verdade a realidade discursiva. Isso se deve ao fato de que o jornalismo, inserido na lógica mercadológica empresarial, é o modo pelo qual se busca a manutenção da ideologia vigente, através da validação de realidade que o jornalismo pode oferecer.

Dessa forma, a “objetividade jornalística”, tão comentada e tão “buscada” pelos jornalistas torna-se, cada vez mais um paradigma inalcançável, embora possa ser buscado. Além de vencer a barreira da expressão da subjetividade do próprio jornalista, a objetividade, para ser alcançada, tem também de vencer a barreira dos interesses econômicos, políticos e sociais que estão por trás de todo veículo de comunicação. Nesse contexto, torna-se mais que utópico pensar que a padronização dos textos e o afastamento da figura do jornalista, através do uso da 3ª pessoa, farão com que a notícia seja objetiva.

No caso do Estadão, o discurso acerca de Battisti é construído para que a imagem do italiano seja negativa: o terrorista, o extremista de esquerda, que foi condenado pela justiça italiana por quatro assassinatos frios e que demonstram o seu desprezo pela vida humana. Sendo a imagem do italiano negativa, a sociedade é induzida a ser contra a concessão do refúgio, desacreditando o governo do presidente Lula e o então ministro da Justiça Tarso Genro. Sendo o OESP, grupo do qual o portal Estadão faz parte, um aglomerado comunicacional tradicionalmente defensor do neoliberalismo, firmou seu posicionamento político, através da construção do discurso negativo acerca de Battisti e seus “amigos”.

O webjornalismo, como foi discutido na pesquisa, abre uma enorme potencialidade para a hipertextualização das notícias, ou seja, a informação, ainda que venha em um texto curto para se adequar ao formato da notícia na internet, pode ser completada se forem disponibilizados links para outras notícias que complementem aquela informação. Em nenhum instante, o portal Estadão utiliza-se desse artifício para a contextualização do caso; o que nos leva a crer que a contextualização do caso não era interessante para o portal.

O portal Estadão ainda continua a intensa cobertura do caso até a presente data, visto que a decisão do Executivo ainda não foi oficialmente declarada, após a recomendação do STF em 2009. Ao se visitar o site do Estadão e se buscar pelas palavras-chave “Cesare Battisti”, aparecerá 334 notícias acerca do caso desde 2007. Mostrando que o caso tomou tamanha proporção que foi um assunto bastante discutido durante a campanha eleitoral em 2010 entre os presidencialistas.

A presente pesquisa não se encerra com esta análise. Ainda existe um leque de possibilidades a serem estudados quanto à contribuição que fazem ao discurso utilizado pelo portal para construir a imagem de Cesare Battisti. Uma proposta de continuidade para esta pesquisa seria um estudo acerca dos comentários feitos após as notícias; cairia, entretanto, no campo dos estudos da recepção, não considerado neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. ed.7°. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOULCAUT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Edições Loyola. 1996.
- MAIGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- PÊCHEUX, Michel. **Sobre a (des)construção das teorias lingüística** (p. 07-31). In: Línguas e Instrumentos Lingüísticos. Campinas: Pontes, 1999.
- PAVEAU, Marie. SARFATI, Georges. **As grandes teorias da Lingüística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006
- FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas: 2005.
- ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. ed. 6°. São Paulo: Pontes, 2005.
- BATTISTI, Cesare. **Minha fuga sem fim**. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2007.
- REZEK, J.F. **Direito Internacional Público: curso elementar**. São Paulo, Saraiva, 2005.
- MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. **Direito constitucional internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 1994.
- BRETON, Philipe. **A manipulação da palavra**. São Paulo, Edições Loyola, 1999.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia – jornalismo como produção da segunda natureza**. São Paulo, Editora Ensaio, 1989.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **O poder no jornalismo**. São Paulo, Hacker Editores, Edusp, 2003.
- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro Setor e MST – Impactos sobre o Futuro das Cidades e do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORONI, Primo e BALESTRINI, Nanni, **L'orda d'oro**. SugarCo Edizioni, Milano 1988

MONTANELLI Indro e CERVI Mario. **L'Italia degli anni di piombo**. Milano, Rizzoli, 1991.

ARAÚJO de, Cremilda Medina. **Um produto à venda** – Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978.

BELTRÃO, Luiz. **Imprensa informativa** – técnica da notícia e da reportagem no jornal diário. São Paulo, Editora Folco Masucci, 1969.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**/investigação quando a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

TAUFIC, Camilo. **Periodismo y lucha de classes**/La información como forma Del poder político. Buenos Aires, Ediciones de La Flor, 1974.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** – para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Terrorismo**: Contornos jurídicos para o Direito Penal. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7189>. Acesso em agosto de 2010.

PRADO, Rodrigo Murad do. **Delação "premiada"**. Disponível em http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/3489/DELACAO_PREMIADA Acesso em setembro de 2010

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **Análise do Discurso**: notas introdutória. Disponível em http://www.scribd.com/doc/4298842/ANALISE-DO-DISCURSO-notas-introductorias#open_download. Acesso em outubro de 2010.

SANTANA, Wedencley Alves. **Discurso e ciência**: a compreensão discursiva do jornalismo científico. Disponível em <http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao01/wedencley.pdf>. Acesso em novembro de 2010.

SANTI, Vilso Junior Chierentin. **O processo de apuração no webjornalismo de quarta geração**. Disponível em <http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/article/viewFile/292/348>. Acesso em novembro de 2010.

MARCO, Carla Fernanda de. **Os novos desafios do Direito Internacional face ao terrorismo**. Disponível em www.mundojuridico.adv.br/cgi-bin/upload/texto836.rtf. Acesso em setembro de 2010.

GAERTNER JUNIOR, João Alfredo. **Extradição de Cesare Battisti à luz de um estado democrático de direito.** Disponível em <http://www.fontedodireito.com.br/index.php/artigos/540-extradicao-de-cesare-battisti-a-luz-de-um-estado-democratico-de-direito.html>. Acesso em setembro de 2010.

NEGRI, Antonio. **Reviewing the experience of Italy in the 1970's.** Disponível em <http://mondediplo.com/1998/09/11negri>. Acesso em agosto de 2010.

ASPDEN, Alex. **1962 – 1973: Worker and student Struggles in Italy.** Disponível em: <http://libcom.org/history/1962-1973-worker-student-struggles-italy>. Acesso em agosto de 2010.

MIELNICZUK, Luciana. **Características e implicações do jornalismo na Web.** Disponível em: http://www.cesnors.ufsm.br/professores/chmoraes/comunicacao-digital/13-2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf. Acesso em dezembro de 2010.

ZULO, Felipe Nicolau Ramos. **O caso Cesare Battisti.** Disponível em <http://jus.uol.com.br/revista/texto/12356/o-caso-cesare-battisti>. Acesso em agosto de 2010.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **A Cesare o que é de Cesare.** Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/12322/a-cesare-o-que-e-de-cesare>. Acesso em agosto de 2010.

GOMES, Luiz Flávio. **Caso Battisti: erros e acertos.** Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/13945/caso-battisti-erros-e-acertos>. Acesso em agosto de 2010.

RAMOS, Ubiratan Pires. **Extradição: Lei nº 6.815/80.** Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/14539/extradicao-lei-no-6-815-80>. Acesso em agosto de 2010.

ONU Brasil - **Resolução 1373.** Disponível em http://www.onu-brasil.org.br/reso_terror.php. Acesso em agosto de 2010.

ONU Brasil - **DUDH.** Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em agosto de 2010

Centro di studi per la pace. Disponível em: http://www.studiperlapace.it/view_news_html?news_id=20050219140025. Acesso em agosto de 2010.

Planalto Central. disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L7170.htm>. Acesso em agosto de 2010.

Site da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados)
Disponível em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/0801.pdf>. Acesso em agosto de 2010.

Portal Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br>. Acesso em agosto de 2010.

Passa Palavra - **Battisti: de dissidente a bode expiatório (I)**. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=870>. Acesso em agosto de 2010.

Passa Palavra - **Battisti: de dissidente a bode expiatório (II)**. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=1040>. Acesso em agosto de 2010.

Passa Palavra - **Battisti: de dissidente a bode expiatório (III)**. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=1115>. Acesso em agosto de 2010.

Passa Palavra - **Battisti: de dissidente a bode expiatório (IV)**. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=1349>. Acesso em agosto de 2010.

ANEXOS

ESTADÃO.COM.BR



Você está em [Notícias](#) > [Política](#)

Refúgio a Battisti abre crise entre Brasil e Itália

15 de janeiro de 2009 | 8h 03

AE - Agência Estado

Uma crise entre Brasil e Itália foi aberta com a decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder status de refugiado ao italiano Cesare Battisti, condenado a prisão perpétua em seu país por ações que provocaram a morte de quatro pessoas quando militava em uma organização de extrema-esquerda. Em comunicado oficial divulgado ontem, o Ministério de Assuntos Estrangeiros da Itália disparou uma ameaça velada à presença do Brasil na próxima reunião de cúpula do G8 (os sete países mais ricos e a Rússia), em julho, na Sardenha. Ao expressar “surpresa” e “pesar” com a decisão, o governo italiano informou que apelará diretamente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Porém, o Palácio do Planalto não vai desautorizar Genro. O ministro anunciou sua posição sobre o caso a Lula na segunda-feira e recebeu sinal verde. Na avaliação de Genro, o italiano, que nega o envolvimento em assassinatos, pode não ter tido o direito a ampla defesa, já que foi condenado à revelia - sem estar presente ao julgamento - depois que seu ex-companheiro Pietro Mutti, beneficiado pelo sistema de delação premiada, o acusou de ter cometido os quatro crimes. Segundo Genro, também há indícios de que o advogado que defendeu Battisti na Itália tenha se utilizado de uma procuração falsificada.

Nos anos 70, Battisti atuou no grupo Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), ligado às Brigadas Vermelhas. Ele chegou ao Brasil em 2004. Nos anos 80, viveu na França, favorecido por uma política do então presidente François Mitterrand, que acolheu extremistas que se comprometeram a abandonar a luta armada. Com a eliminação desse benefício pelo sucessor de Mitterrand, Jacques Chirac, Battisti deixou o país. Preso no Rio de Janeiro em 2007, ele enfrentava processo de extradição no Supremo Tribunal Federal (STF). Com o status de refugiado, pode ser solto ainda hoje. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Tópicos: [Diplomacia](#), [Battisti](#), [Itália](#), [Brasil](#), [Tarso](#), [Nacional](#), [Política](#)

[Notícias](#) > [Política](#)

Procurador-geral recomendou extradição de Battisti

AE - Agencia Estado

O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, enviou em março um parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) defendendo a extradição do italiano Cesare Battisti. Para o procurador, os crimes imputados a ele "parecem marcados por certa frieza e desprezo pela vida humana".

Souza discordou da tese de que Battisti não deveria ser extraditado porque os crimes seriam políticos. "O simples móvel político não autoriza a prática de homicídios premeditados e de violência contra quem quer que seja, de modo que o elemento subjetivo exclusivamente não legitima a classificação dos fatos como crimes políticos", concluiu.

O procurador fez mais observações sobre as acusações enfrentadas pelo italiano. "Battisti foi condenado por homicídios que, embora guardem certa motivação política, não tiveram como pano de fundo, por exemplo, uma manifestação ou rebelião, além do que ceifaram a vida de civis e de autoridades que se encontravam então indefesos", disse. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Tópicos: [Diplomacia](#), [Battisti](#), [Procurador](#), [STF](#), [Itália](#), [Nacional](#), [Política](#)

Procurador-geral recomendou extradição de Battisti

15 de janeiro de 2009 | 8h 34

AE - Agência Estado

O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, enviou em março um parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) defendendo a extradição do italiano Cesare Battisti. Para o procurador, os crimes imputados a ele "parecem marcados por certa frieza e desprezo pela vida humana".

Souza discordou da tese de que Battisti não deveria ser extraditado porque os crimes seriam políticos. "O simples móvel político não autoriza a prática de homicídios premeditados e de violência contra quem quer que seja, de modo que o elemento subjetivo exclusivamente não legitima a classificação dos fatos como crimes políticos", concluiu.

O procurador fez mais observações sobre as acusações enfrentadas pelo italiano. "Battisti foi condenado por homicídios que, embora guardem certa motivação política, não tiveram como pano de fundo, por exemplo, uma manifestação ou rebelião, além do que ceifaram a vida de civis e de autoridades que se encontravam então indefesos", disse. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Tópicos: [Diplomacia](#), [Battisti](#), [Procurador](#), [STF](#), [Itália](#), [Nacional](#), [Política](#)

Com refúgio, STF deve arquivar extradição de Battisti

15 de janeiro de 2009 | 8h 54

AE - Agência Estado

O Supremo Tribunal Federal (STF), onde tramita o processo de extradição do italiano Cesare Battisti, deverá arquivar o pedido. A legislação brasileira estabelece que o reconhecimento da condição de refugiado obstará o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio?. Ontem, o ministro da Justiça, Tarso Genro, concedeu status de refugiado a Battisti, condenado à prisão perpétua na Itália por ações que provocaram a morte de quatro pessoas quando militava em uma organização de extrema-esquerda.

Essa não será a primeira decisão do Supremo nesse sentido. Em 2007 já havia sido arquivado o processo de extradição do padre Oliverio Medina, acusado de homicídio e de comandar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A decisão foi tomada depois que Medina obteve o refúgio.

O caso de Battisti deveria ser julgado ainda neste ano pelo STF. A expectativa era de que o pedido de extradição fosse rejeitado pelos ministros, uma vez que seus advogados poderiam provar que o caso tinha fundo político. O Estatuto do Estrangeiro prevê que o STF não concederá a extradição quando o fato imputado ao suspeito, acusado ou condenado constituir crime político. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Tópicos: [Diplomacia](#), [Battisti](#), [STF](#), [Extradição](#), [Itália](#), [Nacional](#), [Política](#)

Publicação no D.O. permite que Battisti seja solto hoje

15 de janeiro de 2009 | 8h 55

ROSANA DE CASSIA - Agência Estado

O ativista italiano Cesare Battisti deve deixar hoje o presídio da Papuda, em Brasília, onde está preso há quase dois anos. A edição de hoje do Diário Oficial da União (D.O.U.) traz o ato do ministro da Justiça, Tarso Genro, que beneficia Battisti com o status de refugiado. Com isso, o italiano poderá viver em liberdade e trabalhar no Brasil. A ordem de soltura pelo Supremo Tribunal Federal (STF) dependia apenas da publicação do ato no D.O.U..

Battisti foi condenado à prisão perpétua na Itália como autor ou coautor de quatro homicídios. Em 2007, ele foi preso no Brasil pela Polícia Federal (PF). Os advogados do ativista no Brasil, entre eles o petista Luiz Eduardo Greenhalgh, comemoraram a decisão do ministro.

Em nota, divulgada ontem, os advogados afirmam que o processo de extradição movido contra Battisti pelo governo italiano "é fruto de motivação exclusivamente política". Eles negam que Battisti tenha cometido qualquer dos quatro assassinatos pelos quais foi condenado, à revelia, em julgamento que consideram "viciado" na Itália, na década de 80.

Tópicos: [Diplomacia](#), [Battisti](#), [Diário Oficial](#), [Tarso](#), [Itália](#), [Nacional](#), [Política](#)

Refúgio a Battisti não tem motivação política, diz Genro

15 de janeiro de 2009 | 9h 25

AE - Agência Estado

O ministro da Justiça, Tarso Genro, negou ontem que a decisão de conceder status de refugiado ao extremista italiano Cesare Battisti - cujo pedido foi apoiado por militantes de esquerda e intelectuais - tenha sido de natureza política. ?Quero ver apontarem algum erro jurídico nessa minha decisão?, disse o ministro, que na tarde de ontem visitou o Estado e concedeu entrevista à TV Estadão.

O advogado de Battisti, Luiz Eduardo Greenhalgh, é ex-deputado federal pelo PT, mesmo partido de Genro. O ministro admitiu ter recebido Greenhalgh antes da concessão do benefício. ?Recebi também visitas do embaixador italiano, que manifestou o desejo de seu governo de que Battisti fosse extraditado?, disse o ministro.

Segundo Genro, sua própria militância de esquerda não influenciou na concessão do benefício. ?Se fosse considerar a minha trajetória política pessoal, teria dado a extradição. Sempre deplorei esse tipo de atividade política, atentados pessoais, terrorismo, violência armada. Eu, na verdade, contrariei minha tradição política.? O ministro afirmou que tomaria a mesma atitude se Battisti fosse um militante de direita.

Para ele, o extremista foi condenado a prisão perpétua sem que pudesse se defender propriamente. Ele nega participação nos quatro assassinatos de que é acusado. ?A procuração do advogado que o representou na Itália foi falsificada, segundo indica uma perícia. E seu único acusador, um ex-companheiro, fez acordo com a Justiça e mudou de identidade. Ou seja, desapareceu?, afirmou. Ao embasar sua decisão, Genro citou ainda o fato de o italiano ter sido reconhecido como refugiado por 11 anos na França, quando o país era presidido por François Mitterrand. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Tópicos: [Diplomacia](#), [Battisti](#), [Tarso](#), [Nacional](#), [Política](#)

Você está em [Notícias](#) > [Política](#)

Battisti é autor de romances policiais na França

15 de janeiro de 2009 | 9h 31

AE - Agência Estado

Durante o tempo em que viveu em Paris, o italiano Cesare Battisti, acusado de quatro mortes em seu país, mergulhou na literatura e chegou a se tornar um autor de romances policiais. Acusado de terrorismo na Itália, o ex-integrante da organização de esquerda Proletários Armados pelo Comunismo (PAC) frequentou programas de rádio e de televisão na capital francesa para divulgar sua obra literária.

Em seus livros, Battisti, de 54 anos, frequentemente faz menção à luta armada, da qual participou durante a década de 70. De acordo com a crítica internacional, o italiano abusa do tom confessional em sua obra, muitas vezes colocando-se como uma espécie de Robin Hood que atuava na defesa dos pobres contra os "malvados" representantes do capitalismo moderno.

Battisti começou a flertar com a literatura quando estava na França, onde viveu a maior parte do tempo depois de ser condenado pela Justiça italiana. Em Paris, ele se aproximou da esquerda, ficando amigo de intelectuais, professores universitários e escritores, que o incentivaram em sua obra e o apresentaram a editores. Antes disso, já havia editado revistas sobre literatura no México, por onde passou antes de ir para a França. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Tópicos: [Diplomacia](#), [Battisti](#), [Literatura](#), [Livros](#), [França](#), [Nacional](#), [Política](#)

Amorim se irrita com concessão de refúgio a Battisti

15 de janeiro de 2009 | 18h 47

JOÃO DOMINGOS - Agência Estado

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deixou claro, em entrevista coletiva no início da noite de hoje, que está muito irritado com a decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder status de refugiado político ao extremista de esquerda italiano Cesare Battisti, condenado à prisão perpétua em seu país por participar de ações que provocaram a morte de quatro pessoas, nos anos 1970.

Amorim afirmou, porém, que Genro agiu de acordo com a lei e que respeita essa decisão. A legislação, observou o chanceler, permite que o ministro da Justiça, nesses casos, adote uma "decisão parajudicial", isto é, uma decisão independente de sentença da Justiça.

A contrariedade do ministro das Relações Exteriores ficou evidente na resistência que demonstrou em comentar o caso Battisti e na atitude de seus assessores, que proibiram os jornalistas presentes de fazerem a Amorim qualquer pergunta não relacionada à viagem que ele acaba de fazer ao Oriente Médio.

Amorim, no entanto, reconheceu: "Ele (Genro) tomou uma decisão que eu tenho de respeitar." O chanceler explicou que a decisão do ministro foi possível, apesar da votação do Comitê Nacional de Refugiados (Conare), órgão do Ministério da Justiça, contrária à concessão do refúgio, porque a legislação prevê a possibilidade de recurso (do ministro) contra o resultado dessa votação. No Conare, o voto do Itamaraty havia sido contrário à concessão do refúgio.

Tópicos: [Diplomacia](#), [Battisti](#), [Celso Amorim](#), [Nacional](#), [Política](#)

Battisti diz que recebeu com 'alívio' decisão de Genro

Italiano recebeu asilo político e afirmou aos advogados que pretende retomar sua carreira de escritor

16 de janeiro de 2009 | 8h 45

Vannildo Mendes, de O Estado de S. Paulo

O italiano Cesare Battisti informou aos advogados que recebeu com "alívio" a decisão do ministro Tarso Genro e disse que retomará sua carreira de escritor e "obedecer exemplarmente" seus deveres de refugiado político. Entre esses deveres, está o de não se imiscuir em assuntos internos do Brasil e da Itália. Veja também: Suplicy defende asilo a Battisti; Sarkozy conversou com Lula Ideologia não influenciou concessão de refúgio, diz Tarso Processo do Ministério Público que defere extradição de Battisti Itália chama embaixador brasileiro e reclama de asilo a Battisti Governo italiano apela a Lula para rever refúgio dado a escritor Battisti é autor de romances policiais na França Pela lei, Battisti terá, ainda, de ter ocupação lícita, residir em endereço fixo e ir à Polícia Federal periodicamente para prestar contas de sua condição. Ou seja, viverá sob liberdade vigiada. O ex-extremista se disse disposto, se necessário, a viver "o resto da vida no Brasil", onde afirma ter construído "sólidas amizades" desde que se radicou no País, em 2005, clandestinamente. Vários quilos mais magro - sofre de hepatite B -, ele conversou mais de uma hora com os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh, Suzana Figuerêdo e Fábio Antinoro, no Presídio da Papuda, onde foi recolhido em março de 2007. O ministro da Justiça, Tarso Genro, concedeu refúgio político a Battisti, ex-militante do grupo de extrema-esquerda Proletários Armados pelo Comunismo. A decisão altera parecer do Comitê Nacional para os Refugiados - que em novembro rejeitou o pedido - e suspende o processo de extradição para a Itália. Battisti é acusado de quatro homicídios nos anos 1970 e condenado à prisão perpétua.

Tópicos: [Diplomacia](#), [Cesare Battisti](#), [Caso Battisti](#), [Nacional](#), [Política](#)

Câmara da Itália apela a Chinaglia no caso Battisti

20 de janeiro de 2009 | 19h 03

JOÃO DOMINGOS - Agência Estado

O presidente da Câmara dos Deputados da Itália, Gianfranco Fini, fez um apelo ao seu colega Arlindo Chinaglia (PT-SP), presidente da Câmara, aqui, para que o Brasil reveja a decisão de dar ao extremista de esquerda Cesare Battisti o status de refugiado político. O pedido não será atendido. "Essa é uma decisão do Poder Executivo. A Câmara dos Deputados nada poderá fazer", disse Chinaglia, depois de receber uma carta de Fini, com tradução do italiano para o português feita pela Embaixada da Itália.

No documento, Fini apelou a Chinaglia para que ajude a rever a decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, que solitariamente negou o pedido de extradição de Battisti, feito pelo governo italiano. Chegou a lembrar que o presidente da Câmara tem origem italiana. "Dirijo-me a Vossa Excelência, à sua sensibilidade e à sua origem italiana, para expressar-lhe grande surpresa e pesar, sentimentos compartilhados por todas as forças políticas representadas na Câmara dos Deputados, por (o Brasil) permitir a condição de refugiado a Cesare Battisti, já julgado e reconhecido culpado de mais homicídios pela magistratura italiana, pela magistratura francesa e pela Corte Europeia de Direitos Humanos".

Chinaglia ainda não respondeu diretamente à carta de Fini. Afirmou que o fará com cuidado. Lembrou apenas que não tem muito o que fazer, acha que o debate sobre o tema não contaminará a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal (STF), ao pedir que a Procuradoria-Geral da República opine sobre a decisão de Tarso Genro, certamente ainda tomará uma decisão.

Tópicos: [Caso Battisti](#), [Câmara](#), [Arlindo Chinaglia](#), [Nacional](#), [Política](#)

Você está em [Notícias](#) > [Brasil](#)

Brasil é complacente com assassino, diz 'Economist'

Revista comenta 'loucura do asilo' no caso do italiano Cesare Battisti.

23 de janeiro de 2009 | 6h 45



O Brasil está sendo complacente, sem uma razão convincente, com um assassino condenado pela Justiça, diz a revista britânica Economist na edição que chegou às bancas nesta sexta-feira.

Em um artigo que leva o título "A loucura do asilo", a revista se refere ao caso do italiano Cesare Battisti, que recebeu asilo no Brasil, causando um mal-estar diplomático com a Itália, que quer sua extradição.

A revista abre o texto dizendo que o Rio de Janeiro, "com sua gigantesca estátua de Cristo oferecendo redenção sem limites, é um lugar atraente para se viver como fugitivo da Justiça".

"Claude Rains elegantemente se escondeu ali em um dos melhores filmes de Hitchcock (Interlúdio, de 1946). Ronald Biggs, depois de roubar um trem em 1963, trocou uma prisão britânica pela praia de Copacabana - causando mais inveja do que difamação".

Battisti "se juntou a esse grupo, depois que de receber status de refugiado político do Brasil", diz a reportagem.

Para a Economist, pouca gente na Itália tem dúvidas de que o julgamento de Battisti, ex-militante de esquerda condenado pelo assassinato de dois policiais nos anos 70 e pelo seu envolvimento na morte de um açougueiro e de um joalheiro, foi justo.

Enquanto ele esteve exilado na França, diz a Economist, os governos francês e italiano discutiram o caso, mas "o governo da Itália esperava que o Brasil fosse mais prestativo".

"Mas seus protestos foram recebidos com descaso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do tipo reservado para ocasiões em que ele pensa que um país mais desenvolvido está tentando dizer ao Brasil o que fazer."

Para a Economist, as razões do Brasil para proteger Battisti não são convincentes.

"O ministro da Justiça, Tarso Genro, se referiu à tradição do país de receber exilados políticos, variando de Alfredo Stroessner, um ex-ditador particularmente odioso (do Paraguai), a Olivério Medina, um ex-guerrilheiro (da Colômbia). Agora que a democracia é a norma nas Américas, esta tradição é anacrônica", diz a revista.

"Genro também parece acreditar que Battisti foi condenado por crimes políticos, e não por assassinato."

Segundo a Economist, dois sentimentos parecem estar por trás da decisão de Tarso Genro. Um seria "a relutância do Brasil em examinar seu próprio passado - toda vez que surge a questão de se investigar o regime militar, ela é rapidamente posta de lado, ao contrário do que ocorreu no Chile e na Argentina".

O outro seria "a solidariedade, encontrada entre alguns membros do PT que eram militantes da extrema esquerda nos anos 70".

"Na Itália, que perdeu um ex-primeiro-ministro para as Brigadas Vermelhas e teve um assessor do governo assassinado em 2002 por seus imitadores, as atitudes são muito menos indulgentes", conclui a reportagem.

BBC Brasil - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC.

Tópicos: [Itália](#), [Economist](#), [Cesare battisti](#), [Asilo político](#), [Brigadas vermelhas](#), [Proletários armados pelo comunismo](#), [Nacional](#), [Geral](#)